

AB
ASSOCIAÇÃO
CONSUMIDOR

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida

Distribuição: 2013.01.1.137964-2(aleatoria) 16/09/2013 17:59:13
Distribuição CNJ: 0007653-76.2013.8.07.0018 Data prot. 16/09/2013
Vara: 112 - 2 VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF
Classe: 65 - Ação Civil Pública
Autor: ABRADec ASSOCIACAO BRASILEIRA DEFESA CONSUMIDOR
MEIO AMBIENTE
Reu: DF DISTRITO FEDERAL
1 - Brasília Supervisor(a) Alexandre Tavernard

EXCELENTÍSSIMO DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _____ VARA DA FAZENDA
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL



COLETA DE PROVAS
16 SET 10 09 2013 015414
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

"Todos os atos emanados pelo poder público devem estar adstritos à lei, sem exceções ou quebra de regras".

A Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania – Abradec, inscrita no CNPJ: 08.821.732/0001-54, representada neste ato por sua presidente, vem por intermédio de seu advogado, Denis J. S. B. Sarausa, OAB/DF 33.129, que esta subscreve, *in finè*, com endereço na cabeça da página, com fulcro na CF/88, art. 5º e 37, e nas Leis 7.347/85, 8.078/90 (CDC) e 8.666/93 e Lei 8.429/92, vem a presença de Vossa Excelência, interpor a presente:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO LIMINAR

em face dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos CONSUMIDORES E USUÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL, em desfavor do DISTRITO FEDERAL que, por meio da Secretaria de Transportes do DF, cometeu irregularidades na condução da Licitação 001/2011-ST.

I - DA LEGITIMIDADE DA AUTORA

A Ação Civil Pública, disciplinada pela Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, tem por objetivo reprimir ou mesmo prevenir a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; podendo ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

Nesta senda, impende ressaltar que a Autora, conforme cópia de seu estatuto, ata e cartão de CNPJ, possui legitimidade para figurar no polo ativo da demanda, conforme dispõe o art. 5º da Lei 7.347/85, V, haja vista seu registro de constituição ser de 22/07/1998, e dentre as suas atribuições sociais, conforme ata do dia 10/02/2011, que alterou o art. 4º, do estatuto, cuja área de atuação "abrange cidadãos de todas as classes sociais e econômica, em todo território nacional, podendo ser denominados consumidores, usuários de serviços públicos, contribuintes...".

A rigor do que dispõe a Lei 7.347/85 e o CDC, art. 82, as associações conquistaram o *status* assemelhado ao Ministério Público para propositura de ação civil pública, em defesa de direitos do cidadão e de toda uma coletividade.

De modo que a Autora demonstra estar presentes tais requisitos a atender às exigências processuais da condição da ação, cujo propósito é a defesa dos interesses da coletividade a exemplo dos direitos dos usuários de transporte público coletivo do Distrito Federal, em face de supostas irregularidades no processo de licitação 001/2011 – ST-DF.

II - SÍNTESE DOS FATOS

Antes de adentrar aos fatos esta autora, na qualidade de defensora dos direitos do cidadão, esclarece a V. Exª que ao tomar conhecimento das irregularidades cometidas pela administração pública em conluio com particulares manifestou-se por meio de representação, encaminhada à Secretaria de Transportes do DF, Polícia Federal, Ministério Público do DF e Territórios, MPTCDF e Tribunal de Contas do DF,

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

para que os referidos órgãos tomassem conhecimento acerca da gravidade do caso.
(cópia da representação, em anexo)

Ressalta ainda que em momento algum é contra a licitação do transporte público, muito pelo contrário, entende ser fundamental a renovação da frota de ônibus por veículos novos, além de outras melhorias no sistema de transporte público que vão proporcionar um transporte mais digno e de qualidade aos milhões de usuários desse sistema.

Contudo, ressalta há necessidade de uma licitação pública para o transporte público do DF, porém que respeite os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, atinentes à administração pública.

Nesse contexto, a fim de que Vossa Excelência possa compreender a dinâmica dos fatos a autora demonstra de forma sintética a evolução do processo de licitação 001/2011 – ST, realizado pela Secretaria de Transportes do DF, por meio do qual o Distrito Federal busca substituir praticamente 100% de toda a frota de ônibus local.

Nessa esteira, o Executivo tornou público o Edital de Licitação de Concorrência Pública nº 001/2011, tipo menor tarifa, para concessão do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal, a ser explorado por cinco empresas, dividido em cinco bacias geográficas. A presente licitação contou com a participação de onze empresas que concorreram àquela que seria a maior licitação da história do DF, cuja soma dos contratos chegaria a casa dos **DEZ BILHÕES DE REAIS** por um período de até 20 anos.

Ao passo que fora contratado o **Consórcio Logit/Logitrans**, incumbido de fazer o estudo técnico e elaborar o edital 001/2011 – ST, nos moldes em que o DF almejava para o novo sistema. Ocorre que uma das empresas que compõem o Consórcio contratado pelo DF tem como **diretor o sr. Garrone Reck**.

Até aí, nada ilegal, não fosse o fato de que o aludido consórcio foi quem elaborou o edital de licitação para o transporte público no DF e em outras cidades do

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Brasil, em parceria com o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck advogados Associados, que atuam, simultaneamente, para os Grupos Constantino e Gulin, e ainda acumulam a função de “consultor jurídico” da Comissão Permanente de Licitação 001/2011 – ST/DF.

Nesse sentido, o escritório de advogados, por intermédio do dr. Sacha Reck, atuou e fez-se passar por diversas vezes pelo papel de julgador no processo licitatório, conforme se abstrai de cópia de troca de ofícios extraídos do referido processo licitatório e das fotos que comprovam o alegado, senão vejamos:

- a) Logo após a publicação do Edital de Licitação, ainda na fase de pedidos de Esclarecimentos do Edital, o escritório de Advogados GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK já iniciava sua atuação, conforme manifestação do Sr LUIZ FERNANDO DE SOUZA MESSINA, Subsecretário de Políticas de Transportes do Distrito Federal, que encaminhou a Comissão de Licitação, parecer elaborado pelo referido escritório, para proceder resposta a pedido de esclarecimento elaborado pela empresa Expresso Brasília conforme consta das fls. 21.986 dos autos:



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito



MEMORANDO Nº 104/2012-SUPOTT/ST

Brasília, de 22 de agosto de 2012.

Para: Comissão de Licitação da Concorrência Pública 01/2011-ST

Assunto: Esclarecimentos para Expresso Brasília Ltda.

Senhor Presidente,

Encaminhamos, para providências pertinentes, a resposta ao pedido de esclarecimentos formulado pela empresa Expresso Brasília Ltda., enviada por Guilherme Gonçalves & Sacha Reck - Advogados Associados.

Atenciosamente,

LUIZ FERNANDO DE SOUZA MESSINA
Subsecretário de Políticas de Transportes e Trânsito/ST

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

**Guilherme Gonçalves
Sacha Reck**

Curitiba, 21 de agosto de 2012.

AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS DE TRANSPORTES E TRÂNSITO

Ref.: Concorrência 01/2011-ST
Minuta de resposta ao pedido de esclarecimentos solicitado pela empresa
Expresso Brasília Ltda.

Senhor Subsecretário,

Encaminhamos, a seguir, resposta pertinente ao pedido de
esclarecimentos formulado pela EXPRESSO BRASÍLIA LTDA., referente à
Concorrência nº 01/2011– ST.

Nesta oportunidade, renovamos nossos votos da mais elevada
estima e consideração.

Atenciosamente,

Sacha B. Reck

Folha nº: 02198

Processo nº. 090.000.455/2010

Rubrica: *26302*

Sacha Breckenfeld Reck

GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK ADVOGADOS ASSOCIADOS

Conforme cópia acima, denota que o referido escritório atuou deliberadamente
como estranho no processo, bem como assessorou juridicamente a Comissão de

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Licitação, elaborou a ata de entrega das propostas (foto abaixo), orientou sobre recursos e habilitações e ainda confeccionou a ata de julgamento das propostas; além de emitir pareceres decisivos e contrários aos recursos interpostos pelos concorrentes na licitação, assumindo por diversas vezes e de forma ilegal o papel da Comissão Especial Licitatória, conforme se depreende de fotos abaixo, vejamos:



A direita, o dr. Sacha Reck, sem o menor pudor, redige a ata de entrega de envelopes, fazendo-se passar por membro da CEL.



Momento da entrega das propostas da Licitação 001/2011 ST. Humberto Menezes (esquerda), secretário da Comissão de Licitação assiste o certame. Sacha Reck (direita) advogado do Grupo Constanlino, redige a Ata.

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Comprova-se ainda fora o Escritório de Advogados GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK, responsável pela elaboração da resposta ao pedido de esclarecimento protocolado pela empresa Viação Jardins S/A, que diante da resposta ao pedido de esclarecimento ficou impedida de concorrer ao certame, conforme se demonstra às fls. 22.323, do processo administrativo:



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito



MEMORANDO Nº 112/2012-SUPOTT/ST

Brasília, de 05 de setembro de 2012.

Para: Comissão de Licitação da Concorrência Pública 01/2011-ST

Assunto: Resposta ao pedido de esclarecimento da empresa Viação Jardins .

Senhor Presidente,

Encaminhamos, para providências pertinentes, a resposta ao pedido de esclarecimento formulado pela empresa Viação Jardins S/A, enviada pelo Representante da Guilherme Gonçalves & Sacha Reck - Advogados Associados.

Atenciosamente,

LUIZ FERNANDO DE SOUZA MESSINA
Subsecretário de Políticas de Transportes e Trânsito/ST

A certeza de que seus pareceres seriam usados pela Comissão era tão grande que os mesmo eram intitulados de MINUTAS, ou seja, de algum modo, já sabiam que seus pareceres seriam integralmente acatados, conforme consta às fls. 22.324 dos autos:

16
D

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Orientações: Minuta de Resposta ao Pedido de Esclarecimentos

Viação Jardins S/A – 31.08.2012

1 – Anteriormente à realização da audiência pública referida no item 1.1 do

De igual forma, fora procedido com relação ao pedido de esclarecimento formulado pela concorrente Rápido Veneza Ltda, conforme consta das fls. 22.349/22.350 do processo de licitação:



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Subsecretaria de Políticas de Transportes e Trânsito



MEMORANDO Nº 110/2012-SUPOTT/ST

Brasília, de 04 de setembro de 2012.

Para: Comissão de Licitação da Concorrência Pública 01/2011-ST

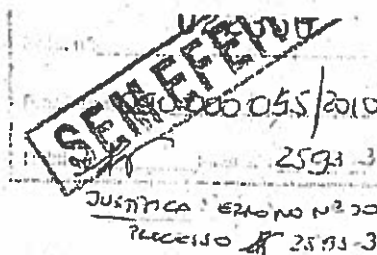
Assunto: Resposta ao pedido de esclarecimento da empresa Rápido Veneza.

Senhor Presidente,

Encaminhamos, para providências pertinentes, a respostas ao pedido de esclarecimento formulado pela empresa Rápido Veneza Ltda, enviada pelo Representante da Guilherme Gonçalves & Sacha Reck - Advogados Associados.

Atenciosamente,

LUIZ FERNANDO DE SOUZA MESSINA
Subsecretário de Políticas de Transportes e Trânsito/ST



**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOCADOS ASSOCIADOS

Curitiba, 05 de setembro de 2012.

AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
SUBSECRETARIA DE POLÍTICAS DE TRANSPORTES E TRÂNSITO

Ref.: Concorrência 01/2011-ST

Minuta de resposta ao pedido de esclarecimentos solicitado pela empresa
Rápido Veneza Ltda.

Senhor Subsecretário,

Encaminhamos, a seguir, resposta pertinente ao pedido de
esclarecimentos formulado pela **RÁPIDO VENEZA LTDA.**, referente à
Concorrência nº 01/2011 – ST.

Mas adiante, às folhas 22.501, do processo de licitação, o Escritório de Advogados GUILHERME GONÇALVES & SACHA RECK, antecipa-se até mesmo aos parâmetros que serão adotados como requisitos de HABILITAÇÃO, julgamento este que ao menos hermeneuticamente, é exclusivo da Comissão de Licitação, conforme se depreende:

**Guilherme Gonçalves
& Sacha Reck**
ADVOCADOS ASSOCIADOS

Orientações: Minuta de Resposta ao Pedido de Esclarecimentos

Auto Viação Santo Antônio Ltda. – 06.09.2012

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Sendo assim, pergunta-se:

- a) Quais demonstrações contábeis deverão apresentar as sociedades limitadas, i) aquelas previstas nos arts. 1.065 e 1.179 do Código Civil, ou ii) ou as do art. 176 da Lei das Sociedades Anônimas?

Resposta: No intuito de evitar discussões doutrinárias e de interpretação na fase de habilitação e visando garantir o julgamento objetivo do certame, as demonstrações contábeis suficientes para habilitar os licitantes, no caso exemplificado, são apenas aquelas previstas no Código Civil, as quais são suficientes para a análise de todas as contas que instruem o cálculo dos índices contábeis e demais requisitos de habilitação financeira exigidos no Edital.

DA PERMISSIVIDADE DO RÉU AO ADMITIR QUE TERCEIROS ESTRANHOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO DESSEM AS CARTAS

Senão bastasse, ressalta outra grave irregularidade, o referido escritório sequer possui contrato formalizado com a administração pública, conforme disciplina a Lei 8.666/93, art. 61, § único e o artigo 13, inciso II da Lei 9.784/99, sendo que o julgamento dos Recursos Administrativos referentes à fase de habilitação é de competência exclusiva e indelegável, vejamos:

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

II - a decisão de recursos administrativos;

Mesmo assim, em seu site, os advogados anunciam que tal escritório “*atua na capital federal a partir de um CONTRATO FIRMADO pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento - BID em 2009, vinculado a um acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Transportes do Distrito Federal.*” (doc. em anexo)

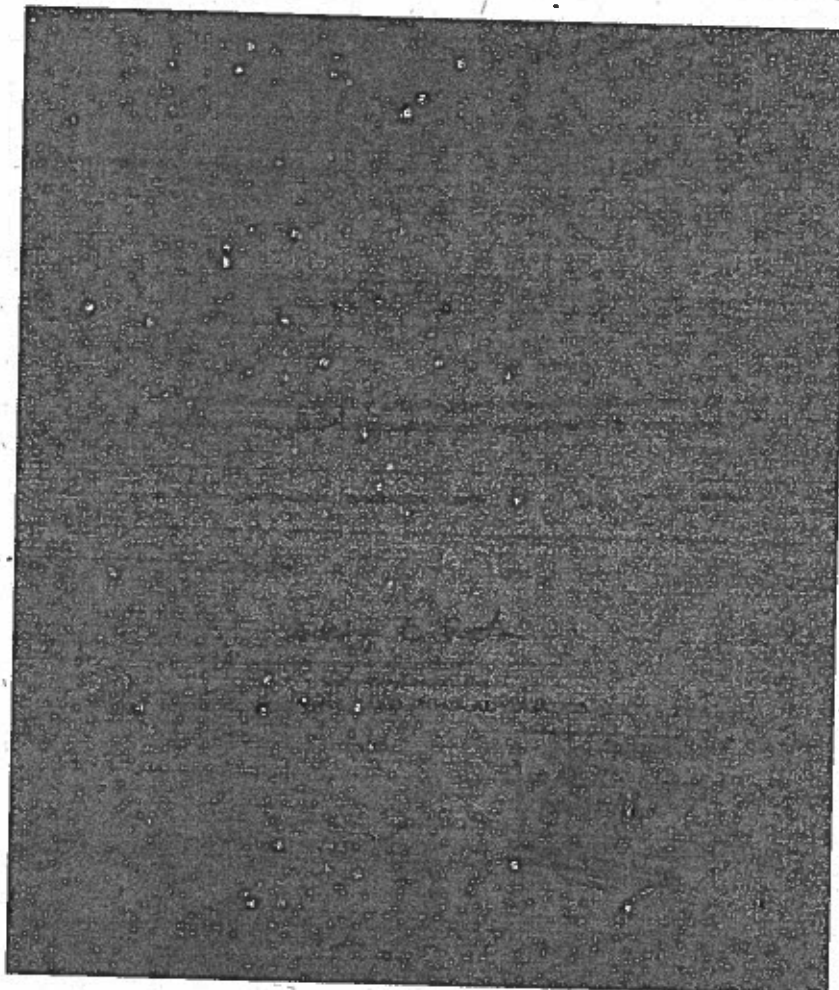
C

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Por sua vez o BID instado a manifestar-se sobre o tal contrato desmentiu tal afirmação aduzindo que *“não possui nenhuma relação com o Sr. Sacha Breckwnfeld Reck, nem com o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados.”* (doc. em anexo)

De modo que todos os atos de Julgamento dos Recursos Administrativos, referente a fase de Habilitação, praticados pelo escritório de advogados, conforme disciplina a lei de regência são ilegais.

P. ex. ao observar detidamente cópia de encaminhamento da “minuta de julgamento de recursos” pelo escritório de advogados, confirma-se a invasão de terceiros estranhos que inegavelmente interferiram no resultado da licitação, o que por si só, demonstra uma grave evidência de vícios insanáveis, conforme se depreende:

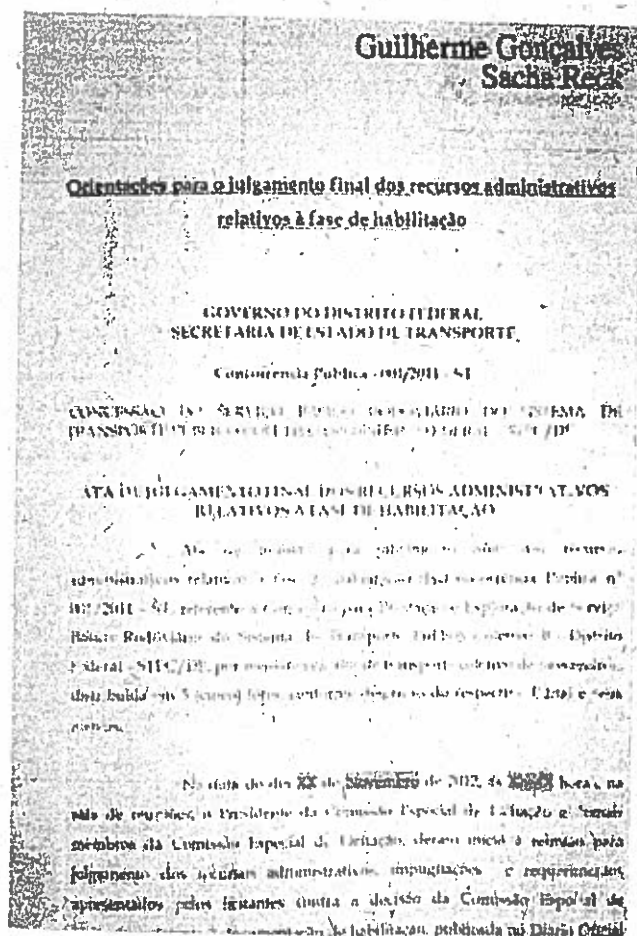


Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Note ainda, no canto esquerdo do ofício acima, consta escrito à mão por um membro da CEL que faz uma ressalva nos seguintes termos, **"Parecer não lido, apenas vistado, POR EXIGÊNCIA DO SECRETÁRIO DE TRANSPORTES"**.

Sobre tal documento, não se mostra factível que os membros da Comissão não possam ou não conheçam o teor destes que, legal e tecnicamente, cabe tão somente a eles conhecer, conforme disciplina a lei.

Constata-se ainda, pela simples comparação entre a minuta do julgamento dos Recursos Administrativos da fase de Habilitação, para o documento oficial expedido pela Comissão de Licitação, que esta teve apenas o trabalho de preencher as lacunas com as devidas datas, conforme espaços marcados com "XX/XX/XXXX".



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação Nº 01/2011-ST



**JULGAMENTO FINAL
DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
À FASE DE HABILITAÇÃO DO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2011-ST**

Reunião para julgamento final dos recursos administrativos relativos à fase de habilitação da Concorrência Pública nº 011/2011-ST, referente à Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF, por meio de veículos de transporte coletivo de passageiros, distribuída em 5 (cinco) lotes, conforme descrição do respectivo Edital e seus anexos.

Na data do dia 11 de dezembro de 2012, às 14h30, na sala da Comissão Especial de Licitação, o Presidente da Comissão Especial de Licitação e demais membros, deram início à reunião para julgamento dos recursos administrativos, impugnações e requerimentos apresentados pelos licitantes contra a decisão da Comissão Especial de Licitação, referente à documentação de habilitação, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 26.10.2012.

I - RELATÓRIO

Realizada a sessão de abertura dos envelopes de habilitação da Concorrência em epígrafe, na data de 14/09/2012, foi facultado às licitantes, naquela oportunidade, realizarem suas observações, considerações, apontamentos e impugnações aos documentos apresentados.

"Boleto - parte de habilitação"

Comissão Especial de Licitação
Anexo Edital de Edital - 15º andar, Sala 1209
Brasília/DF - CEP 70101-900
Telefone: (61) 3041-6642
Página 2 de 75

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

De maneira que ao comparar a minuta produzida, antecipadamente, pelos advogados, na qual no local 'data' consta apenas os "XX XX XXX", comparando-se a do julgamento realizado, observa-se que o documento enviado pelo advogado SACHA RECK, fora objeto de trabalho pela comissão apenas no tocante a COPIAR (Ctrl +C), mudar o timbrado e COLAR (Ctrl + V).

Noutro momento, a GEL encaminha a suposta consultoria ofício no qual consta o seguinte teor, vejamos:



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação nº 01/2011-ST



JULGAMENTO DAS PROPOSTAS FINANCEIRAS

LOTE 4

Por se tratar de análise e julgamento de cunho eminentemente técnico e financeiro, a Comissão Especial de Licitação submeteu cópia da proposta financeira apresentada pela empresa habilitada, no Lote 4, para parecer da empresa de consultoria que assessorou a Secretaria de Estado de Transportes na definição do modelo econômico do Edital de Licitação 01/2011-ST. O relatório elaborado por tal empresa de consultoria foi integralmente recepcionado pela Comissão Especial de Licitação, sendo anexado à presente Ata de Julgamento e fazendo parte integrante da presente decisão, como elemento de sua motivação, para todos os fins de direito. Deste modo, baseada no parecer técnico em anexo, a Comissão esclarece que:

Seria cômico senão fosse trágico, mas a verdade é que o Réu ao encaminhar ao escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck para que este analisasse a proposta financeira da empresa habilitada ao lote 04, demonstra per si a gravidade dos seus atos. Pois a empresa ganhadora do lote 04, A Auto Viação Marechal é patrocinada pelos próprios advogados que, logicamente, deram seu parecer favorável. (conforme cópia de procuração em anexo)

III - DO DIRECIONAMENTO DO EDITAL E FAVORECIMENTO AOS VENCEDORES

CHAMA A ATENÇÃO DE V. EX^a PARA O GRAVE FATO DE QUE O SR. GARRONE RECK, DIRETOR DO CONSÓRCIO CONTRATADO PELO RÉU PARA ELABORAÇÃO DO EDITAL 001/2011 – ST, É PAI DO DR. SACHA RECK, QUE POR SUA VEZ ATUA EM PARCEIRA COM O ADVOGADO GUILHERME GONÇALVES, E JUNTOS ADVOGAM PARA AS EMPRESAS VIAÇÃO PIRACICABANA, VIAÇÃO PIONEIRA E AUTO VIAÇÃO MARECHAL, TODAS VENCEDORAS DA LICITAÇÃO.

Portanto, de forma explícita, resta demonstrado o direcionamento e favorecimento a tais empresas desde a elaboração do Edital 001/2011-ST/DF, uma vez que pessoas ligadas a uma mesma família, consultores e advogados, atuaram na concepção do projeto básico do referido edital, e, pasme, prestaram consultoria a Comissão Especial de Licitação, julgavam recursos de concorrentes e emitiam pareceres que favoreciam empresas ligadas ao grupo, supostamente favorecido.

Tanto é verdade que para cada um dos lotes, houve apenas uma empresa habilitada e cada licitante vencedor havia apresentado sua proposta no preço máximo definido pelo Edital, além de que três das empresas contavam com a consultoria jurídica do mesmo escritório que já advogava para dois dos maiores grupos econômicos proprietários das empresas de ônibus do Brasil: Grupo Gulin e Grupo Constantino. (conforme se prova por meio das procurações outorgadas pelos Empresários para os Advogados – Anexos)

Tal engenharia demonstra uma complexa organização liderada pelo Réu em conluio com advogados e sócios de empresas participantes, que juntos atuaram com o único intuito de obter informações privilegiadas e vantagens indevidas.

A par disso, as empresas contratantes dos advogados já nominados, muito provavelmente, valendo-se de informações sigilosas, sagraram-se vencedoras da licitação, em detrimento de outros concorrentes, cujo valor das propostas foi abaixo daqueles ofertados pelas vencedoras, são elas:

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Viação Pioneira, vencedora do lote 02; (Grupo Constantino) Advogados: Guilherme Golçalves e Sacha Reck
Viação Piracicabana, vencedora do lote 01; (Grupo Constantino) Advogados: Guilherme Gonçalves e Sacha Reck
Auto Viação Marechal, vencedora do lote 04; (Grupo Gulín) Advogados: Guilherme Golçalves e Sacha Reck

IV - DAS INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS

- 1º - como não entender que houve informações privilegiadas se os advogados conheciam cada vírgula do edital, haja vista que o pai de Sacha Reck, Garrone Reck, foi quem o elaborou;
- 2º - como não entender que houve informações privilegiadas se os advogados participavam ativamente das decisões da Comissão Especial de Licitação, habilitando e inabilitando quem bem eles entendessem, em clara afronta ao previsto no art. 13, inciso II da Lei 9.784/99 e a lei de licitações;
- 3º - como não entender que houve informações privilegiadas e direcionadas se os advogados munidos de tais informações patrocinavam causas das empresas do Grupo Constantino e Gulín, nesta e em outras licitações no Brasil, sagrando-as vencedores na em sua grande maioria.
- 4º - o caso é tão absurdo que os advogados, atuando como se fossem integrantes da CEL, prepararam uma minuta padrão para julgamento dos recursos administrativos, intitulada "*Orientações para o Julgamento final dos recursos administrativo relativo à fase de habilitação*", sendo esta apenas preenchida pelos membros da Comissão. Ou seja, quem decidia o rumo da licitação eram pessoas estranhas ao processo, em clara afronta ao previsto no art. 13, da Lei 9.784/99.

Com todo respeito, mas admitir pensamento diverso é o mesmo que acreditar em estória da carochinha. Ironias a parte, mas o fato grave é que o réu, a administração pública, admitiu de forma desonesta e fraudulenta que terceiros

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

estranhos ao processo licitatório influenciassem decisivamente no resultado final do certame.

V – DA REPERCUSSÃO NA MÍDIA

Nesta senda, o próprio presidente da Comissão Especial de Licitação, Galeno Furtado Monte, admitiu, por meio de matéria publicada no Jornal de Brasília, da lavra do jornalista Mino Pedrosa, na qual revelou que o computador do então presidente da comissão possui informações comprometedoras.

Com o fim de substanciar os fatos narrados, a autora traz na íntegra reveladora matéria, publicada em 23 de junho de 2013, pelo jornalista Mino Pedrosa, que poderá ser acessada por meio do link: <http://quidnovi.com.br/mino/detalhe.asp?c=880>

Por Mino Pedrosa

Enquanto o Brasil explode nas ruas com manifestações reivindicando melhores condições e preços nos transportes públicos urbanos, o Distrito Federal fechou a Licitação mais polêmica da história, que corria há dois anos, dando como vencedora do lote 5 a Piracicabana, uma empresa que vai cobrar R\$ 0,49 a mais do que a concorrente eliminada, nas linhas do Park Way e Esafe, áreas consideradas estratégicas pelo Governo que prevê um dos maiores crescimentos metropolitanos nos próximos anos para aquela região. O QuidNovi revela com exclusividade a trama que foi engendrada pelo grupo do Governador Agnelo Queiroz para levar R\$ 40 bilhões dos cofres públicos, para um único grupo de transporte coletivo, o de Nenê Constantino, na Capital Federal nos próximos 20 anos.

O computador de Galeno Furtado Monte, o homem que preside a maior e mais polêmica licitação do GDF, na área de transporte urbano, revela uma história que chama a atenção da Justiça e do Ministério Público Federal. Foi na residência oficial da vice-governadoria, no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, que foi selado o destino de pelo menos R\$ 40 bilhões dos cofres públicos nos próximos 20 anos. Galeno foi convocado pela cúpula da Capital, uma vez que a Licitação, comprometida por fraudes e direcionamentos para empresas de um único grupo, corria o risco de vir à

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

baila, a partir das reportagens publicadas por este colunista no Jornal da Brasília. Ali, era o começo do fim.

No último dia 3 de junho Galeno chegou à vice-governadoria e deparou-se com dois subsecretários de Transporte, José Augusto Pinto Junior, e Luiz Fernando de Souza Messina, o vice-governador Tadeu Filipelli, o procurador-chefe do GDF, e até o chefe da Polícia Civil. Galeno relata os momentos de maior tensão e onde chegou até a fazer contato com o governador Agnelo Queiroz.

"Tinha uns quatro caras. secretário, um bocado de gente. Chamaram o procurador chefe e até o chefe da Polícia Civil. Imagina a gente, mero barnabé, com o vice-governador e o governador dando ordens! O Agnelo deu a ordem por telefone para fechar a licitação. Foi desgastante. Foi um dia muito difícil. Eu falei para o Filipelli: Governador, eu quero conversar a sós com o senhor. Tem muita coisa que vai nos trazer dor de cabeça. Já estou passando situações críticas na família e no ambiente de trabalho. Já tenho uma comissão de sindicância em andamento. Tenho um depoimento na Decap (Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública). Tenho uma demanda do Ministério Público. Tá difícil de me defender. Ele colocou seu advogado pessoal à disposição, não é o do Governo, e mandou defender a Comissão."

(...)

"Fui sócio do Durval, por isso eu era visado. Mas quem me chamou foi o Messina que trabalhou com o Durval lá no Gama. Ele é amigo do Durval! O Messina era o executor do contrato de informática do TJDF na época que Durval era o secretário. Agora era ele que mandava incorporar os documentos do Sacha na Licitação."

O presidente da Comissão de Licitação revela também como foi formatado o edital. Todos dos documentos saíam do escritório paranaense Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados. A Comissão não lia um documento sequer, tudo vinha pronto. Tem até uma observação por escrito, em alguns documentos onde uma integrante da Comissão faz ressalva ao assinar revelando que estava sendo pressionada pelo secretário de Transporte José Walter Vazquez Filho. Ela assina, mas explica que não leu e que está em desacordo com o trâmite do edital. Nada disso, foi considerado pelo secretário.

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Toda a licitação foi redigida pelo escritório Sacha Reck. Isso aí já foi negociado antes. Até o resultado da licitação. E o escritório que dá o resultado. É uma enganação. Quem preparou o projeto básico foi o pai do Sacha com o outro filho, que analisa todos os recursos. A licitação foi para inglês ver. Botaram cinco pessoas leigas para fazer esta licitação”, alega Galeno.

E continua: “Não existe contrato com o escritório de advocacia. Fiz um documento pedindo ao Augusto Pinto uma cópia do contrato do Governo com o Sacha. Não veio. Mandamos um documento para o Secretário Vazquez, não veio. Quem está pagando o Sacha é o BIRD, através de uma empresa chamada Logit.”

O polêmico Edital de Licitação tem a consultoria do Consórcio Logit/Logitrans, que tem como um dos principais diretores Garrone Reck, pai de Sacha Reck. Sacha, por sua vez, é, juntamente com seu sócio Guilherme Gonçalves, advogado dos vencedores do milionário Edital: as empresas do Grupo de Nenê Constantino. Durante todo o processo, Sacha esteve no comando e no dia da entrega da documentação foi ele que digitou a ata do certame. Sacha tirou o secretário Humberto Menezes de seu lugar, deixando-o na plateia assistindo tudo.

O governador Agnelo Queiroz, com o vice Tadeu Filipelli, acompanhava do Palácio milimetricamente todos os passos do certame. Segundo Galeno, o governador manipulava a publicação dos documentos no Diário Oficial. Galeno alega que estava fazendo um trabalho bem feito e não sabia que estava sendo usado.

Na reta final do certame, dia 28 de maio de 2013, véspera do feriado de Corpus Christi chegou uma demanda do juiz para o presidente da Comissão publicar, num prazo de cinco dias, o recurso da Cooperativa de São Paulo (Coperbrasil) no Diário Oficial. Galeno diz que mandou. Mas o governador Agnelo Queiroz mandou retirar a publicação.

Na segunda-feira, dia 3 de junho, acontece a reunião na vice-governadoria e a empresa perde todos os prazos do recurso devido a manipulação do governador Agnelo Queiroz, no apagar das luzes na véspera do feriado.

“O Agnelo mandou tirar minha decisão da boca do Diário Oficial. Isso é uma irregularidade. No dia 4 de junho de 2013 o Diário Oficial saiu com a classificação final do Nenê Constantino. Em 5 de junho, sai no DODF a homologação e adjudicação e o extrato de concessão. Foram publicados juntos, no mesmo dia, para não dar espaço para recurso. Atropelou um monte de fases, a licitação fechou.” (Grifos nossos)

A publicação, trazida pelo jornalista Mino Pedrosa, causou perplexidade em muita gente. Menos no réu, que não tomou nenhuma medida a fim de averiguar os fatos e, principalmente acatar os pareceres do Ministério Público do Distrito Federal e de Contas que se manifestaram pela anulação do certame.

Ainda, o escândalo teve repercussão nacional, ocasião em que a revista Veja, famosa por suas matérias bombásticas, publicou na edição de nº 2.327, ano 46, de 26/06/2013, matéria cujo título trazia:

“CARTEL DA RODA PRESA - As empresas de ônibus financiam os políticos. São por eles recompensadas e quem paga a conta é o usuário. Investigações de fraudes no setor atingem nove capitais”

Alexandre Aragão

(...)

Atualmente, há investigações sobre fraudes que envolvem empresas de ônibus em pelo menos 60 cidades, incluindo nove capitais. O tipo mais comum de logro é a contratação em processos de licitação com cartas marcadas.

Uma dessas investigações está em curso no Tribunal de Contas do Distrito Federal e envolve dois titãs do setor as famílias Constantino e Canhedo.

(...)

Nos últimos seis meses, cinco empresas foram escolhidas para cuidar do transporte rodoviário da cidade por um período de dez anos ao preço de 8 bilhões de reais. No edital, o Distrito Federal foi dividido em cinco lotes, cada um a ser operado por um grupo. Somente cinco empresas foram habilitadas — exatamente o número das áreas em disputa e exatamente as que ofereciam

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

preços quase colando no teto. As outras doze concorrentes foram eliminadas antes da abertura dos envelopes com as propostas. Uma das ofertas rejeitadas previa uma tarifa 59 centavos mais baixa do que a vencedora. A licitação foi conduzida pelo governo do DF em parceria com um escritório de advocacia particular de Curitiba — o Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados. E aí começa um cipoal de relações curiosas. Um dos sócios do escritório doou 35.000 reais à campanha ao Senado da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann — que, depois de eleita, contratou o mesmo escritório e o pagou com verbas de seu gabinete no Senado. A ministra já declarou que a contratação não configura nenhuma irregularidade — o que formalmente, é verdade. Além das relações com o alto petismo o escritório de Sacha Reck já trabalhou para o grupo de Nenê Constantino o que não foi considerado impedimento para que participasse da condução da licitação. Do lado do governo, o presidente da comissão de licitação é Galeno Furtado, ex-braço-direito de Durval Barbosa, o delator do esquema de corrupção no governo de José Roberto Arruda. As denúncias de Durval levaram à renúncia de Arruda e abriram caminho para a ascensão do atual governador. Agnelo Queiroz, também do PT. Os barões da catraca e seus padrinhos: eis um bom tema para os próximos cartazes dos manifestantes.

VI - DA CELERIDADE DO MP E DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

A fim de disseminar seus objetivos, o grupo formado pela família Sacha Reck, agindo da mesma forma praticada no DF, atuou na cidade de Guarapuava e Apucarana, no Paraná, municípios onde o Consórcio Logitrans elaborou o edital de licitação do transporte coletivo local, tendo como potencial vencedor uma empresa do grupo Constantino, cujo advogado é o Dr. Sacha Reck.

Ocorre que naquele caso (Apucarana) houve a imediata intervenção do Ministério Público manifestando-se pela anulação da licitação, em face da ilegalidade apontada, documento no qual demonstra as ilegalidades praticadas e reforça “a ligação entre a empresa LOGITRANS e o GRUPO CONSTANTINO”. Neste caso, o executivo acatou a Recomendação. (doc. Ministerial em anexo)

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Nesse espeque, observe a semelhança dos fatos ocorridos no DF envolvendo os mesmos personagens, em comparação com os já citados nesta exordial, conforme trecho da Recomendação do Ilustre Representante do MP do Paraná que pediu a suspensão do edital no município de Apucarana/PR, vejamos:

CONSIDERANDO que, no procedimento supramencionado fora juntado exemplar do Jornal "Espaço Aberto", nº 373, circulado nesta cidade, no qual fora editada matéria em sua pág. 03, sob título: "TCCC e LOGITRANS – Coincidência mercantil", bem como pela declaração do repórter Ednei Roberto Rosina Mansano, perante esta Promotoria de Justiça (fl. 262), pelos quais, em síntese, sugerem uma "ligação mercantil histórica entre LOGITRANS e o grupo CONSTANTINO, o qual inclui diversas empresas, entre elas, a T.C.C.C., que atualmente explora o transporte coletivo de Apucarana" (texto extraído da declaração);

CONSIDERANDO que em consulta efetuada no "site" da empresa LOGITRANS, foi observado que a referida empresa efetuou o estudo técnico que serviu de base para a elaboração de licitação para a concessão de transporte coletivo em diversas cidades e que, em algumas delas, efetivamente foram vencedoras empresas do Grupo Constantino;

CONSIDERANDO que foi juntado nos autos de inquérito civil supramencionado um e-mail, no qual é narrada a ligação entre a empresa LOGITRANS e o Grupo CONSTANTINO, reforçando a narrativa feita pelo repórter Ednei Mansano como acima já exposto; 30 10

CONSIDERANDO que no e-mail acima mencionado fora ventilado que um dos Diretores da Empresa LOGITRANS (Sr. **Garrone Reck**), possui um filho advogado (Dr. **Sacha Breckenfeld Reck**), o qual milita na área de transportes coletivos e patrocina causas do Grupo Constantino, juntamente com o advogado Dr. Guilherme de Salles Gonçalves, conforme documentos indicados no e-mail já citado; C

JÁ NO MUNICÍPIO DE GUARUPUAVA, NO ESTADO DO PARANÁ, A PARTIR DOS FORTES INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES NA CONDUÇÃO DA LICITAÇÃO, A JUSTIÇA DA 1ª VARA CÍVEL DE GUARAPUAVA, A PEDIDO DO MP EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, DETERMINOU O BLOQUEIO DE BENS E A QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO DO ADVOGADO SACHA RECK E DE SEU PAI, GARRONE RECK, OS MESMOS CONSULTORES JURÍDICOS CONTRATADOS

C

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

PELO RÉU PARA CONDUZIR A NEBULOSA LICITAÇÃO DE ÔNIBUS DO DF. (cópia da decisão, em anexo)

Note Ex^a não se tratar de mera coincidência os atos praticados pelos envolvidos aqui no DF. O que há de fato é a escancarada leniência e cumplicidade do Réu ao permitir a prática reiterada de atos espúrios e antijurídicos, cometido por ele, pelos demais atores que manipularam o resultado do certame desde o seu nascedouro até o fim.

De modo que esta Douta Justiça, a permitir tal desmazelo, o que não se espera, restará inevitável os incalculáveis prejuízos ao erário e, principalmente a toda a população, vítima de um sistema de transporte público indigno e sucateado.

Ademais, resta inegável que o réu ao patrocinar e permitir a prática de tais atos viola os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, atinentes à administração pública, conforme se depreende do art. 37, da CF/88, além daqueles insertos na lei 8.666/93, especialmente no tocante ao tipo penal previsto no artigo 96, inciso II, da Lei de Licitações.

VII - DA FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO PELAS EMPRESAS VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA E VIAÇÃO PIONEIRA LTDA

A autora busca demonstrar por meio do quadro abaixo as ligações societárias do Grupo Constantino e as duas empresas vencedoras do certame, Viação Pioneira e Viação Piracicabana, que juntas vão explorar cerca de 45% da frota de ônibus do DF:

31
10

Viação Pioneira:

Sócias administradoras:

- Auristela Constantino
Cristiane Constantino Foresti

EPRESSO UNIAO LTDA

Sócios:

Comportê Part. S/A (Henrique Constantino)
Belatrix Part. S/A (Auristela Constantino e Cristiane Constantino Foresti)
Renpet Part. S/A (Auristela Constantino e Cristiane Constantino Foresti)

Administradores:

Auristela Constantino
Cristiane Constantino Foresti
Maria Zélia Rodrigues de Souza Franca
Paulo Sérgio Coelho
José Efraim

Viação Piracicabana Ltda:

Sócios

Comporte Participações S/A (Henrique Constantino e Joaquim Constantino Neto)
Guarus Participações S/A (Maria Zélia Rodrigues de Souza Franca e Paulo Sérgio Coelho)

Administradores:

Maria Zélia Rodrigues de Souza Franca;
Paulo Sérgio Coelho;
José Efraim

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Conforme demonstra o gráfico acima, não há margem para dúvidas de que as empresas citadas, vencedoras do certame, lotes 02 e 01, pertencem aos mesmos sócios, inclusive possuem a mesma configuração societária da Expresso União Ltda – empresa matriz do grupo econômico, seja por meio da Comporte Participações Ltda., ou seja por intermédio da Guarus Participações S/A.

A despeito do que apontou o MPDFT em seu parecer, “a empresa matriz Expresso União Ltda. também é administrada pelas sócias-administradoras da empresa Viação Pioneira Ltda. Sr^a AURISTELA CONSTANTINO E CRISTIANE CONSTANTINO FORESTI a qual, repise-se, sagrou-se vencedora da Bacia 2, da concorrência 001/2011 – ST.” (destaque nosso)

Note que tal prática é vedada pelo edital de licitação 001/2011 – ST – item 16.1.2, alíneas “g” e “h”. Aliás, ressalta-se, edital confeccionado pelo Consórcio Logit/Logitrans, cujo diretor possui parentesco de primeiro grau com o advogado “contratado”, concomitantemente, pela Secretaria de Transportes do DF, para assessorar a Comissão de Licitação e pelo grupo econômico ganhador dos lotes 02 e 01.

Restando incontroverso a formação de um verdadeiro conluio entre o réu, familiares e sócios, consultores e advogados para favorecer as duas empresas vencedoras do certame, que dispunham de informações sigilosas.

Ao passo que Garrone Reck, pessoa contratada pelo réu para elaboração do edital 001/2011-ST, e seu filho, o advogado Sacha Reck, uniram-se para favorecer as empresas pertencentes ao mesmo clã familiar. TUDO ISSO DIANTE DOS OLHOS INERTES DO RÉU, QUE NADA FEZ PARA ESTANCAR A PRÁTICA ILÍCITA, A NÃO SER NOMEAR UMA COMISSÃO NOTAMENTE DESPREPARADA PARA TAL OFÍCIO E QUE DURANTE TODO O PROCESSO FOI USADA COMO MARIONETES DOS GRUPOS EMPRESARIAIS.

G

33
10

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

VIII - DAS OUTRAS IRREGULARIDADES PERMITIDAS PELO RÉU AO HABILITAR EMPRESAS QUE NÃO CUMPRIRAM ITENS DO EDITAL

1 - DA VIAÇÃO PIRACICABANA

Como senão bastasse, o festival de irregularidades continuou. Na fase de julgamento dos documentos de habilitação, a Comissão Especial de Licitação, estranhamente e intempestivamente, em clara afronta ao edital e aos demais concorrentes, enviou em 08/03/2013, Ofício nº 20/13 – 01/2011 à Viação Piracicabana determinando fossem juntados novos documentos, vejamos:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Comissão Especial de Licitação 01/2011 - ST

Ofício nº 20/2013-CEL Nº 01/2011-ST



ILUSTRÍSSIMO SENHOR GALENO FURTADO MONTE -
DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE
LICITAÇÕES DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO
DISTRITO FEDERAL - GDF.

Brasília - DF, 08 de março de 2013

Senhor Representante,

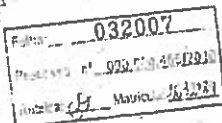
Cum a finalidade de uma análise mais apurada de documentação desta empresa solicito a Vossa Senhoria que encaminhe a essa documentação autenticada relativa ao período 01/01/2009 dos itens abaixo:

Balancete Patrimonial
Demonstração de Resultado do Exercício
Termo de Abertura Digital do Livro Diário Geral
Termo de Encerramento Digital do Livro Diário Geral
Dados Relativos a Assinaturas Eletrônicas
Recibo de Entrega do Livro Digital
Termo de Autenticação dos Responsáveis pela Escrituração



Atenciosamente,

GALENO FURTADO MONTE
Comissão Especial de Licitação
Presidente



À VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.
Estrada Antônio Abdella 235
Jardim Califórnia
Piracicaba - SP
Cep 13424-700

Atl. Sr. José Efraim Neves da Silva
Administrador / Procurador

Brasília - patrimônio de humanidade
Comissão Especial de Licitação nº 01/2011
Anexo Palácio do Buriti - 1º andar, Sala 1503
Brasília DF - CEP 70070-600
Telefone: (061) 3441-3400
Página 1 de 1

Autos do processo administrativo nº 090.004.455- 2010

Edital de Concorrência Pública nº 01-2011 REABERTURA

VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos em epígrafe, por seu representante legal, que esta subscrive, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, em atenção ao Ofício encaminhado à licitante em 08 de março de 2013, recorrer a Junta das demonstrações contábeis do exercício financeiro de 2010, onde se depreende a capacidade representativa do Senhor Henrique Constantino.

Termos em que,

Pede deferimento.

Brasília, 11 de março de 2013.

VIAÇÃO PIRACICABANA

JOSÉ EFRAIM NEVES DA SILVA



Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Sobre a troca irregular de ofícios entre a CEL e a empresa licitante, vejamos o que dispõe o edital sobre tal questão:

20.12 - PROMOÇÃO DE DILIGÊNCIAS

20.12.1 - É facultada, à COMISSÃO, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo administrativo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA.

Ato contínuo, diante da irregularidade cometida pela CEL, a Viação Piracicabana respondeu ao presidente da Comissão (Contrariando dispositivo do Edital e da Lei 8.666/93, artigo 43, §3º, que impede o recebimento de novos documentos), "sanou o defeito" com a juntada de novos documentos, mesmo fora de prazo, e foi declarada vencedora da bacia 01.

Ocorre que a prática ilegal além de ferir regramento editalício prejudicou os demais participantes que não tiveram a mesma oportunidade de juntar novos documentos, além daqueles já inseridos no envelope de habilitação. Note que tal ato feriu de morte o princípio da vinculação ao edital, legalidade, moralidade e da igualdade, afetos à administração pública.

Nesse escopo, a manter-se como está, a que sopesar ainda sobre os potenciais prejuízos a serem suportados pelos usuários, consumidores do transporte público coletivo do DF, que sofrerão com o aumento da tarifa em face do monopólio instalado pelas empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico.

Pesa ainda sobre o réu o fato de que este suprimiu dos demais concorrentes o prazo recursal de cinco dias, nos termos do art. 109, I, da Lei 8.666/93, ao declarar vencedor a empresa Auto Viação Piracicabana. (cópia edital em anexo)

2 - DA AUTO VIAÇÃO MARECHAL

35
10

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

No tocante a Auto Viação Marechal, pertencente ao Grupo Gulin, ganhadora do lote 04, que tem como advogados, Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, lembrando que este último é filho do diretor do Consórcio Logitrans, contratado pelo Réu para elaborar o Edital 001/2011, o Sr. Garrone Reck.

Ressalta ainda que a Auto Viação Marechal é objeto de investigação pelo MP do Paraná, o qual moveu ação de improbidade administrativa (processo nº 11202-06.2013.8.16.0031), inclusive contra o advogado Sacha Reck e o seu pai Garrone Reck, cujo objeto trata de uma suposta fraude em licitação ocorrida no município de Guarapuava, na qual obteve liminar, em 16/08/2013, que decretou o bloqueio dos bens e a quebra do sigilo bancário da referida empresa e também dos advogados citados. (doc. em anexo)

Nesse desidério, a Auto Viação Marechal apresentou à Comissão de Licitação, Certidão Narrativa de Inexistência de Inscrição de Nome Empresarial ou CNPJ no Cadastro de Contribuintes do ICMS, conforme exigência do item 21.3 do edital, tendo ainda sua proposta financeira aprovada pelos seus próprios advogados. (doc. em anexo)

De modo que ao consultar o documento apresentado pela licitante o que se percebe é que o número de inscrição estadual foi baixado por três vezes consecutivas, sendo a última em novembro de 2010, e segundo a Secretaria de Fazenda do Paraná, a Marechal não tem Inscrição Estadual, ou seja não é contribuinte do ICMS, ao contrário do que reza a lei. Razão pela qual a licitante deveria ter sido inabilitada logo na fase de julgamento dos documentos.

Nesse sentido, vejamos o que diz o edital:

21.3.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital E, SE HOUVER, municipal relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE ou pessoa jurídica consorciada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

36
10

27

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Ademais, o texto é claro e taxativo, pois não deixa qualquer espaço para dúvidas ao exigir que o licitante DEVE fazer "PROVA DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES ESTADUAL OU DISTRITAL e, SE HOUVER, municipal..."

Portanto, ao contrário do que julgou a CEL, assessorada pelos advogados Sacha Reck e Guilherme Gonçalves, ao habilitar a licitante, não bastava a Auto Viação Marechal apresentar apenas uma certidão narrativa de INEXISTÊNCIA DE INSCRIÇÃO DE NOME EMPRESARIAL OU CNPJ NO CADASTRO DE CONTRIBUINTE DO ICMS, haja vista que tal documento não a desobriga de possuir a devida inscrição estadual.

Pede *vênia* para destacar trecho do livro "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" de Marçal Justen Filho, que analisa o inciso II do art. 29 da Lei 8.666/93, pg. 319:

3.2 - Cadastro Estadual e Municipal

O inc. II desperta alguma dúvida, em virtude da conjunção "ou" constante de sua redação. Já se verificou hipótese em que o sujeito pretendia escolher entre o cadastro municipal e o estadual. Tal alternativa não depõe. O dispositivo deve ser interpretado no sentido de que a natureza da atividade a ser desenvolvida no curso da contratação determinará a inscrição cadastral.

Assim, por exemplo, suponha-se contrato de prestação de serviços sujeito ao ISS. Não é possível apresentar prova de inscrição no cadastro estadual, eis que a atividade a ser desenvolvida acarretará a incidência de ISS (tributo de competência municipal). Será possível deixar de apresentar comprovante de inscrição no cadastro estadual em caso de prova da ausência de sua existência. Se a atividade objeto da contratação caracterizar incidência de tributo municipal, será desnecessária e imprestável a comprovação de inscrição no cadastro estadual."

Da simples leitura da lição do doutrinador, abstrai-se o seguinte entendimento: se a natureza da atividade da empresa se enquadra na obrigatoriedade de inscrição não há o que se questionar, DEVENDO A LICITANTE TER APRESENTADO NO MOMENTO OPORTUNO. Prova disso, é que tal empresa já possui o referido

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

cadastro, e que sua situação, à época do fato, consta como baixada desde 11/2010,
(doc. em anexo).

De modo que não haveria outra medida a ser tomada pela CEL senão a inabilitação da concorrente, e não o contrário como fez ao ferir o regramento legal e declarar a licitante vencedora do certame.

Não obstante, a autora conclui que o posicionamento da CEL ao rejeitar os recursos das concorrentes no tocante a comprovação de documentos fiscais das licitantes citadas, que os recursos eram analisados por terceiros estranhos à Comissão que exerciam poder de influência e decisão nos recursos, pois estes "foram contratados pelo Réu" para prestar consultoria a Comissão de Licitação e aos grupos vencedores, SIMULTANEAMENTE. Ressalta-se, sem contrato! (conforme se depreende dos documentos acostados à inicial – cópia de pareceres e ofícios ANTECIPADAMENTE preparados pelo escritório Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados).

Pesa ainda sobre o réu o fato de que este suprimiu dos demais concorrentes o prazo recursal de cinco dias, nos termos do art. 109, I, da Lei 8.666/93, ao declarar vencedor a empresa Auto Viação Marechal. (cópia edital em anexo)

3 – DO CONSÓRCIO HP-ITA

No caso do Consórcio HP-ITA, a Empresa ITA apresentou um documento de Inscrição Estadual INVÁLIDA, com data de 20 de março de 2012. Verificada a autenticação através da Secretaria de Fazenda de Goiás constatou-se que o referido cadastro é inexistente.

A rigor do que dispõe o manual editalício, a *ITA Empresa de Transportes LTDA*, integrante do Consórcio HP-Ita, habilitado ao lote 03, infringiu dispositivo do edital, item 21.3.1.2, tendo em vista o documento apresentado a fim de comprovação de regularidade fiscal ser imprestável para fazer prova de inscrição no Cadastro Estadual de Goiás, senão vejamos:

38

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Item 21.1.3 - Os documentos apresentados deverão estar dentro de seu prazo de validade quando da data marcada para a abertura da licitação e entrega da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO e da PROPOSTA; os documentos que não possuírem validade expressa no seu próprio corpo não serão aceitos se tiverem data de emissão anterior a 60 (sessenta) dias contados da data marcada para a abertura da licitação, a exceção dos documentos que possuem validade indeterminada, como os atestados de capacidade técnica.

O referido extrato cadastral, de acordo com o número validador, 0960992425240-63, consta como **EXTRATO CADASTRAL INEXISTENTE OU DESATUALIZADO**, no site www.sefaz.qo.gov.br.

Além disso, o Edital prevê que os documentos que não possuam validade expressa no seu próprio corpo, a exemplo do extrato, emitido em 20/03/2012, "não serão aceitos se tiverem data de emissão anterior a 60 (sessenta) dias, contados da data marcada para abertura da licitação (item 21.1.3)."

A bem do que prevê o Edital, o descumprimento deste item, por si só, já é suficiente para inhabilitar qualquer dos licitantes. Pois o Edital é taxativo e não permite distorções, conforme o item 22.1, senão vejamos:

22.1. A COMISSÃO examinará a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, julgando inabilitadas as LICITANTES que não atenderem, integralmente, aos requisitos exigidos neste EDITAL.

Senão bastasse, ainda pesa sobre o réu o fato de que este suprimiu dos demais concorrentes o prazo recursal de cinco dias, nos termos do art. 109, I, da Lei 8.666/93, ao declarar vencedor a empresa Consórcio HP-Ita. De modo que o aviso de julgamento ocorreu no dia 1º de abril, publicado no dia 02 de abril, e em seguida, publicado o aviso de licitante vencedora no dia 03 de abril, conforme cópia do DODFT. *Segue em anexo, rol de documentos que comprovam o alegado.

39
10

. Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

VII - DEPUTADA DISTRITAL SE MANIFESTA E COBRA EXPLICAÇÕES DO RÉU E DE SEUS “CONSULTORES”

Ao seu turno, a deputada do Distrito Federal, Celina Leão, ao conhecer do caso manifestou-se no sentido de buscar informações à **Comissão Parlamentar de Inquérito, intitulada CPI da URBS**, instaurada pela Câmara Municipal de Curitiba/PR, com vistas a investigar irregularidades no transporte público daquele município.

Nesse escopo, a atuação da parlamentar se deu em razão das irregularidades apontadas na Licitação 001/2011 – ST, cujos personagens se confundem com os do Paraná, (**Advogado Sacha Reck, escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Rech, Auto Viação Marechal e Logitrans**), consubstanciado aos pareceres do Ministério Público de Contas do DF e do Distrito Federal que se manifestaram uníssonos pela anulação da referida licitação.

IX - RÉU TENTA VALIDAR CONDUTA DE ADVOGADOS, MAS É DESMENTIDO POR BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID

Em oitiva realizada na CLDF, o secretário de Transportes do DF, José Walter Vazquez, questionado sobre as irregularidades na licitação 001/2011, declarou que o advogado Sacha Reck é consultor junto a licitação do transporte público do DF, chegando a afirmar que “no governo, como o jogo do bicho vale o que está escrito, não é? é obvio que qualquer pessoa que está dentro de uma secretaria e presta algum serviço tem um contrato. O Sr. Sacha Reck tem um contrato.” afirmando ainda que “está no bojo do contrato do banco Interamericano de Desenvolvimento, que tem as suas regras, que não é a da lei 8.666/93, ... as contratações feitas pelo banco são através de lista fechada e é o banco que escolhe a melhor proposta. Ai você contrata.” (trecho extraído do aditamento de esclarecimento da deputada Celina Leão Hizim) (doc. em anexo).

Por sua vez, o BID foi inquirido sobre a existência de tal contrato. Ao passo que este respondeu de forma negativa, “que esta Instituição não possui nenhuma relação com o Sr. Sach Breckwnfeld Reck, nem com o escritorio Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados.”

40
N

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Portanto, note que o réu mente descaradamente ao tentar validar os atos sabidamente ilegais, informando sobre a existência de possível "contrato com seus consultores".

Porém, como não há qualquer contrato que legitime a prática de terceiros estranhos na condução da licitação, resta caracterizado infringência ao art. 61, § único, da Lei de Licitações, conforme já apontado pelo MPDF e por esta autora.

X - MP DO DF E DE CONTAS SE POSICIONAM PELA ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

Em face de todas as irregularidades cometidas pelo Réu e terceiros estranhos ao processo licitatório, o nobre representante do Ministério Público do DF, manifestou-se por meio de parecer no qual pede a anulação da licitação e a consequente anulação dos contratos e de seus potenciais efeitos, em razão do vínculo jurídico existente, no que dispõe o art. 49, § 2º, da Lei 8.666/93.

Na perspectiva do MP a anulação do certame é medida que impera, pois os vícios apontados são insanáveis, haja vista que administração pública, em conluio com terceiros, ter praticado várias irregularidades, ainda permitiu a ingerência de pessoas estranhas no processo licitatório, senão vejamos:

"a (...) no julgamento das habilitações, resposta à recursos e julgamento das propostas financeiras, em suposta consultoria jurídica e sem qualquer contrato direto com a administração pública, em verdadeira substituição fática aos membros da Comissão Especial de Licitação; b) afronta ao item 16.1.2, alíneas "g" e "h", do edital de concorrência nº 01/2011 – ST/DF, em razão da habilitação e contratação de empresas do mesmo grupo econômico; e) possível favorecimento a empresa Auto Viação Marechal Ltda.; d) possível vício de constituição do Consórcio HP-ITA; supressão do prazo recursal das licitantes, nos termos do art. 109, I, da Lei 8.666/93." Grifamos

41
10

Concluiu o nobre promotor:

"Impende assinalar que tais irregularidades serão objeto de manifestação pormenorizada, eis que impera a cognição sumária nas hipóteses de urgência e de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação (juízo de verossimilhança), visto que, in casu, a antecipação dos efeitos da tutela objetiva assegurar a viabilidade da realização do direito invocado."

Ainda, o Ministério Público do DF manifestou-se por meio da Recomendação 04/2013 – Prodep, encaminhada ao Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Transportes do DF, recomendando que a decisão que tornou habilitada a Viação Piracicabana fosse anulada, em face de infringência ao item 16.1, alíneas "g", "h" do edital em comento.

Ao passo que a Secretaria de Transportes do DF tomou ciência da Recomendação no dia 03 de junho. Apesar disso, no mesmo dia declarou a Viação Piracicabana vendedora do lote 01, e já no dia seguinte, passando por cima de todos os prazos legais, assinou contrato com a licitante no valor de 1,5 bilhão de reais.

Forçoso ressaltar que a farra de ilegalidades resta caracterizada ao deixar o administrador público de atender dispositivo legal, insculpido no art. 37 da CF/88 e na Lei de Licitações, portanto estando ele incorrendo na prática de tal ato, e a consequência desses atos causa de prejuízos a toda uma coletividade, deverá o judiciário intervir no sentido de evitar a continuidade do certame e a consequência de mais prejuízos ao erário.

XI - DAS RAZÕES DA INTERVENIÊNCIA DO JUDICIÁRIO E DA INEVITÁVEL ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO E DE SEUS POTENCIAIS EFEITOS CONTRATUAIS

Conforme narrado, passa-se a enumerar alguns dos motivos que ensejam a anulação da licitação 001/2011 – ST/DF e dos respectivos contratos, conforme as graves irregularidades cometidas pelo Réu que contou com a participação de agentes públicos e particulares, senão vejamos:

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

- 1º - resta demonstrado nos autos que o Edital de Licitação 001/2011 – ST foi elaborado pelo Consórcio Logit/Logitrans, cujo diretor é o Sr. Garrone Reck, pai do advogado Sacha Reck e sócio do também advogado Guilherme Gonçalves.
- 2º - como em um jogo de cartas marcadas onde o jogador já sabe o resultado final, as referidas pessoas foram contratadas, **SIMULTANEAMENTE**, pelo Réu para produzir o edital e prestar assessoria à Comissão de Licitação, e para assessorar as empresas vencedoras dos lotes 01, 02 e 04 (Viação Piracicabana, Viação Pioneira e Auto Viação Marechal), durante todo o processo licitatório;
- 3º - que diante das informações contidas no preâmbulo da exordial resta indubitável que o Réu subsidiava o escritório Sacha Reck com informações privilegiadas e sigilosas e que estes as usava na confecção de pareceres contrários às concorrentes e favoráveis àquelas cujos interesses eram comuns, incorrendo nas hipóteses do artigo 90, 91 e 96 da Lei 8.666/93. 43
- 4º - que resta evidenciado a participação de estranhos (advogados) os quais exerceram influencia sobre a Comissão de Licitação, sem contrato formal com a administração pública, em afronta ao artigo 61, § único, da Lei de Licitações e art. 13, inciso II da Lei 9.784/99, o qual atribui prerrogativa exclusiva à CEL;
- 5º - que resta caracterizado o favorecimento às empresas Auto Viação Marechal, Viação Piracicabana e Viação Pioneira, em razão da omissão da administração pública que foi conivente com os advogados destas mesmas empresas ao permitir que estes assessorassem a CEL, influenciando diretamente desde a elaboração do edital até o resultado final do certame;
- 6º - Consta ainda nos autos, conforme provas inequívocas e irrefutáveis, a formação de grupo econômico, consubstanciado pelo Grupo Constantino, que participou do certame, por intermédio das empresas Viação Piracicabana Ltda e Viação Pioneira Ltda, as quais possuem a mesma configuração societária da Viação Expresso União, sendo tal prática vedada pelo edital de regência no seu
- 34

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

item 16.1.2, “g” e “h”; e que tal grupo, a manter-se o resultado, explorará mais de 45% do Sistema de Transporte Coletivo do DF;

7º - da leniência, omissão e participação do réu ao permitir que o Consórcio HP-Ita permanecesse na disputa e se tornasse vencedor do lote 03, mesmo sem atender dispositivo do edital, item 21.3.1.2, no qual deveria comprovar a regularidade fiscal e o prazo máximo de 60 dias de expedição da aludida certidão. Sendo certo que tal empresa juntou um documento intitulado EXTRATO CADASTRAL, sendo que este após simples conferência no site da Fazenda Pública de Goiás consta como INEXISTENTE OU DESATUALIZADO, portanto imprestável a atender a exigência do edital;

8º - da omissão do réu ao permitir que a Auto Viação Marechal, apesar de não cumprir o exigido no item 21.3.1.2 – “Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital e, se houver, municipal...”, se mantivesse no certame para depois sagrar-se vencedora;

9º - da supressão de prazo, nos termos do art. 109, I, da Lei 8.666/93, em claro prejuízo aos concorrentes ao declarar vencedor do lote a empresa Consórcio HP-Ita, sem que se respeitasse o prazo legal de cinco dias úteis para interposição de recursos.

Nesse escopo, ressalta que a supremacia do interesse público deve sobrepor-se ao do particular. Entretanto, in casu, é imperioso que o administrador público faça valer os preceitos predispostos no edital de licitação, e nunca se afastando dos princípios da legalidade, impessoalidade e da moralidade, sob pena de ferir tal princípio.

Ao que se depreende dos autos resta claro que tais princípios foram extirpados pelo Réu, que ao arrepio da lei, em conluio com terceiros, praticou um festival de irregularidades.

De maneira que não resta outro caminho ao autor senão buscar a imediata intervenção do judiciário com vistas a neutralizar os atos e os potenciais efeitos da

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

malfadada licitação, e restabelecer a ordem legal e moral, inerentes à administração pública e aos seus agentes.

XII - DO DIREITO

A administração pública, constatando vícios de qualquer natureza, em procedimento licitatório tem o dever de anulá-lo, em homenagem aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade e da impessoalidade, sob pena de ferir de morte tais regras constitucionais.

Logo, o art. 49, da Lei 8.666/93, traz em seu bojo que a licitação viciada poderá ser anulada de ofício, ou por provocação de terceiros. Mais adiante, admite no inciso II que a anulação acarreta a nulidade do contrato. No mesmo sentido "a anulação poderá ocorrer tanto pela via Judicante como pela via Administrativa," vejamos:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

(...)

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro, ainda, explica que *"a anulação pode ser parcial, atingindo determinado ato, como a habilitação ou classificação"*.

Ao seu turno, Hely Lopes Meireles conceitua anulação como sendo:

45
10

"a invalidação da licitação ou do julgamento por motivo de ilegalidade pode ser feita a qualquer fase e tempo antes da assinatura do contrato, desde que a Administração ou o Judiciário verifique e aponte a infringência à lei ou ao edital."

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Por sua vez, a Súmula 473, do STF, prevê que *"a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais."*

A rigor do preceito legal, o Edital traz em seu item 25.2, que a autoridade competente poderá declarar sua nulidade, quando verificar ilegalidade em qualquer de suas fases.

Das inúmeras ilegalidades apontadas pela autora, destaca-se a permissão aos Advogados, já nominados, cuja consultoria extrapolou os limites de uma assessoria jurídica, uma vez que eram os Advogados quem mandavam e desmandavam na licitação, habilitavam e inabilitavam empresas, respondiam requerimentos administrativos e judiciais, e até mesmo julgaram os Recursos Administrativos referentes à fase de Habilitação, atividade que por lei é de competência exclusiva da Comissão de Licitação, conforme previsto no art. 13, inciso II da Lei 9.784/99.

A crença na impunidade pelo Réu e o grupo era tão latente que o responsável pelo julgamento da Habilitação das empresas vencedoras era justamente o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck, que atuava sem qualquer contrato, e ao mesmo tempo quem conduzia a licitação e patrocinava os interesses das empresas participantes, munidos de informações privilegiadas e sigilosas.

Senão bastasse, o Edital veda expressamente a participação de grupo econômico em mais de um lote, apesar disso, o réu tornou vencedor de duas bacias o grupo Constantino, que deverá administrar 45% da frota de ônibus do DF, senão vejamos:

16.1.2 - Será vedada a participação de pessoas jurídicas, isoladas ou consorciadas, que se enquadrem nas seguintes condições:

(...)

g) Que tiverem controle societário e/ou administradores, comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em qualquer dos lotes desta licitação;

46
10

37

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

h) Que participem, direta ou indiretamente, em mais de um consórcio ou, simultaneamente, em consórcio e de forma isolada, ainda que para lotes distintos;

16.1.5 - A pessoa jurídica que optar por participar em **CONSÓRCIO** não poderá concorrer, nesta licitação, como integrante de outros **CONSÓRCIOS** ou isoladamente, ainda que para lotes distintos, seja diretamente, seja indiretamente por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum) ou com quem tenha administrador comum.

Aliado a isso, em face da apresentação de documento extemporâneo por parte da empresa Viação Piracicabana, dever-se-ia aplicar o administrador público a norma contida nos itens 20.12.1, vejamos:

20.12.1 - É facultada, à **COMISSÃO**, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo administrativo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO** e da **PROPOSTA**.

No tocante a supressão do prazo recursal, resta configurado pelo réu a infringência aos itens 20.2, 20.7 e 20.8, 25.3.1, 25.3.2 e 25.3.3, em um possível favorecimento ao Consórcio HP-Ita, vencedor do lote 03, destacamos:

20.2 - Transcorrido o prazo legal para interposição de recurso, havendo desistência ou renúncia do direito de recorrer por todas as **LICITANTES**, ou após o julgamento dos recursos interpostos, a **COMISSÃO** dará início à fase de julgamento das propostas do certame, que ocorrerá de forma sequencial e sucessiva, na seguinte ordem: primeiramente será julgado o Lote 3 da licitação, em seguida o Lote 4 e, por último, o Lote 1. 47

20.7 - Transcorrido o prazo legal para interposição de recurso, havendo desistência ou renúncia do direito de recorrer por todas as **LICITANTES**, ou após o julgamento dos recursos interpostos, a **COMISSÃO** divulgará a classificação final das **LICITANTES** no **ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL DO DF**. Gx

20.8 - Transcorrido o prazo legal para interposição de recurso ou após o julgamento dos recursos interpostos, a **COMISSÃO** declarará a **LICITANTE** vencedora do certame, no respectivo Lote, encaminhando o processo ao Secretário de Estado de Transportes do Distrito Federal para homologação e adjudicação.

25.3.1 - Em face das decisões da **COMISSÃO** quanto à fase de habilitação e julgamento de **PROPOSTAS** as **LICITANTES**, dentro do respectivo Lote, poderão interpor recurso, com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação ou da comunicação da decisão à **LICITANTE**.

25.3.2 - Interposto o recurso, este será comunicado às demais **LICITANTES** do respectivo Lote, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

25.3.3 - O recurso será dirigido ao Secretário de Estado de Transportes, por intermédio do Presidente da **COMISSÃO**. A **COMISSÃO** poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, à autoridade superior.

De modo que constatada está a prática de tal irregularidade por parte do réu, não restando outro caminho senão a decretação da nulidade da licitação por conter vícios insanáveis.

Sobre a leniência do réu ao permitir que as empresas Auto Viação Marechal e Consórcio HP-Ita deixassem de apresentar documentos obrigatórios ou dentro do prazo estabelecido, infringe o réu a norma contida nos itens 21.1.3 e 21.3.1.2, vejamos:

21.3.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital e, se houver, municipal relativo ao domicílio ou sede da

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

LICITANTE ou pessoa jurídica consorciada, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

21.3.1.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante Certidão Conjunta Negativa ou com efeitos de negativa referente a Tributos Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal, bem como em relação à Dívida

Ativa da União, fornecida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional (PGFN) do Estado onde está sediada a **LICITANTE** ou pessoa jurídica consorciada;

22.1. A COMISSÃO examinará a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, julgando inabilitadas as **LICITANTES** que não atenderem, integralmente, aos requisitos exigidos neste EDITAL.

De modo que ao deixar de praticar os atos emanados do edital concorre o réu para práticas duvidosas e inaceitáveis, pois a partir de tais atos se consubstancia a prática de delitos contra a administração pública em nome de uma falsa moralidade, incorrendo o agente público e particulares envolvidos em crime de improbidade administrativa.

Sobre a prática do crime de improbidade administrativa, previsto na Lei 8.429/92, vale ressaltar que a improbidade administrativa caracteriza a conduta inadequada de agentes públicos, ou de particulares envolvidos, que por meio da função pública enriqueçam ou obtenham alguma vantagem econômica de forma indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade em órgãos e entidades do serviço público.

Ainda causem dano ao patrimônio público, com o uso de bens públicos para fins particulares, a aplicação irregular de verba pública, a facilitação do enriquecimento de terceiros à custa do dinheiro público, entre outros atos; violem os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições públicas.

49
10

40

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Ao seu turno, o art. 41 da Lei n. 8.666/93 reza que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

Noutro ponto, sobre o princípio da vinculação ao Edital, o Manual de Licitações e Contratos, editado pelo Tribunal de Contas da União, em sua pág. 29, preleciona que:

• **Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório**

Obriga a Administração e o licitante a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório. Nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no instrumento de convocação.

Em que pese a utilização frequente pela administração do princípio da supremacia do interesse público, não obstante há falar e muito menos cogitar a aplicação de tal regra, uma vez que o réu, comprovadamente, se utilizou de meios espúrios para satisfazer o seu interesse e o de particulares e que nada tem a ver com o interesse público.

Impende ressaltar sobre o princípio da supremacia da administração pública, sendo este o pilar do Direito Administrativo que está entre a legalidade e a supremacia do interesse público e são esses princípios que estabelecem as prerrogativas, privilégios e autorização para a Administração Pública.

Noutro giro, importa registrar que o princípio da legalidade deve ser usado junto com o princípio da supremacia do interesse público, uma vez que a Administração tem a obrigação de praticar atos que atenda a sociedade como um todo e estes atos têm que ser convenientes para esta sociedade.

Desta feita, o mestre e doutrinador Celso Antônio Bandeira de Mello ensina que:

“como expressão desta supremacia, a Administração, por representar o interesse público, tem a possibilidade, nos termos da lei, de constituir terceiros em obrigações mediante atos unilaterais.”

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Da simples interpretação das palavras do professor, resta claro *que o princípio da supremacia deve estar em sintonia com os termos da lei, e não pode se sobrepor ao da legalidade e ao da moralidade. De modo que todos os atos emanados pelo poder público devem estar adstritos a lei, sem exceções ou quebra de regras.*

Não restando outro caminho a autora, em nome da defesa dos interesses da sociedade, senão buscar a imediata interveniência do poder Judiciário, uma vez que a situação a manter-se como está causará prejuízos incalculáveis à administração pública e a toda sociedade, haja vista o valor vultoso da licitação que beira a casa dos dez bilhões de reais.

XIII - DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DA LIMINAR

A Medida Liminar é um instituto jurídico que deriva do Poder Geral de Cautela do Judiciário e tem como finalidade principal a garantia de que o provimento jurisdicional derradeiro, **seja ele qual for**, estará garantido e será plenamente exequível a seu tempo.

O ilustre doutrinador Vicente Greco Filho ensina que "*o poder geral de cautela atua como poder integrativo de eficácia global da atividade jurisdicional. Se esta tem por finalidade declarar o direito de quem tem razão e satisfazer esse direito, deve ser dotada de instrumentos para a garantia do direito enquanto não definitivamente julgado e satisfeito*"

Ao seu turno, o legislador previu no art. 12 da Lei 7.347/95 "*que poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo*".

Ao passo que o *fumus boni iuris*, autorizador da concessão da medida liminar é inquestionável diante grave lesão à ordem pública, em face da evidente violação às normas citadas, especialmente quanto a Lei 8.666/93, Lei 8.429/92 e a CF/88, sob a ótica das graves irregularidades e abusos cometidos pelo Réu, ao longo de todo o procedimento licitatório.

5.1
10

42

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Ademais, tal requisito autorizador do poder de cautela decorre da evidente ausência de aplicação ao processo licitatório dos princípios constitucionais da legalidade, moralidade, publicidade, mormente o da vinculação ao edital.

Aliado a isso, subsume a concessão da medida pleiteada *prima facie* os fatos narrados e a vasta documentação na qual comprova a conduta ilícita do réu, que viola direitos básicos dos consumidores e usuários do transporte público.

O *periculum in mora*, por sua vez, reside no risco de que as empresas vencedoras da concorrência, mediante os contratos assinados com o Réu, comprem cerca de 3.000 mil ônibus a um valor aproximado de NOVECIENTOS MILHÕES DE REAIS e comecem a operar no sistema de transporte.

Na hipótese de se admitir tal acontecimento, poderá causar prejuízos não só aos cofres públicos, bem como aos licitantes e a terceiros financiadores, o que sem dúvida, em caso de anulação da licitação, vai gerar mais desgastes a imagem e aos cofres da administração pública, em consequência das inevitáveis ações milionárias, evidenciando o receio de lesão irreparável.

Sem falar nos prejuízos a serem causados a população, estes incomensuráveis, uma vez que somente o grupo Constantino vai gerir 45% da frota de ônibus do DF, por meio das empresas Piracicabana e Pioneira.

Os riscos acima mencionados somente poderão ser afastados, de forma eficaz, mediante a SUSPENSÃO DOS CONTRATOS, pelo tempo que for necessário, até que se julgue o mérito da presente, bem como pela publicação de um novo Edital devidamente ajustado às normas específicas.

Desta feita, conforme demonstrado, aliado a prática de violação do réu aos itens do Edital, 13.1.2, "g" e "h", 16.1.5, 13.2, 20.2, 20.7, 20.8, 20.12.1, 21.1.3, 21.3.1.2, 22.1, 25.2.1, 25.2.2, 25.3.1, 25.3.2, 25.3.3, a medida liminar merece ser concedida e confirmada em seu mérito.

52
10

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

Saliente-se que na verdade a concessão de liminar constituirá indisfarçável preservação dos próprios interesses da Administração, posto que evitará que os vícios de ilegalidade apontados venham a macular ainda mais a sua imagem.

Embora despiciendo, convém observar que a concessão da medida liminar não causará nenhum gravame à Administração Pública e aos usuários, muito pelo contrário, uma vez que a concessão importará tão somente na suspensão da execução dos contratos, até o julgamento final deste. De modo que o sistema se mantém perfeitamente com os veículos que já estão em operação no transporte coletivo do DF.

Ante o exposto, esta associação, na qualidade de defensora dos interesses da coletividade, dos consumidores e usuários do transporte público, não poderia deixar de externar seu ponto de sua preocupação no tocante ao quadro caótico que assola o transporte coletivo do DF.

Primeiramente, ressalta sobre a necessidade de mudanças na condução de políticas públicas na área do transporte coletivo do DF, sendo que tais mudanças não devem ser feitas de maneira açodada, como querem e pretendem aqueles que deveriam zelar pela moralidade e legalidade na condução de política pública. São pessoas que vedam os olhos para a honestidade e na ânsia da riqueza sem medida e a qualquer custo passam por cima de tudo e de todos para alcançarem os seus mais nefastos ideais.

De modo que, imbuída do sentimento coletivo, exteriorizado por meio da presente peça, o que se busca do Judiciário é que este se posicione no sentido de determinar a imediata anulação do certame viciado, oportunizando ao Estado que se realize imediatamente uma nova licitação nos moldes e preceitos estabelecidos pela legislação vigente, que principalmente vise a escolha da melhor empresa para prestação do serviço público coletivo do DF.

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

De maneira que não há mais o que se esperar, a não ser por mudanças rápidas e enérgicas, a rigor das reivindicações ecoadas pelo grito de milhões de pessoas que saíram às ruas para clamar pelo fim da corrupção, da impunidade e por uma política social mais justa e fraterna.

Desta feita, por intermédio da presente, o que se espera do Judiciário, é que este intervenha de forma eficaz no sentido de combater os desmazelos apontados pela autora e, no caso de comprovação do alegado e robustamente demonstrado, puna veementemente os responsáveis com os rigores da lei.

XIV - DO PEDIDO

*I - Ex positis, em face de todas as irregularidades narradas e dos vícios insanáveis, robustamente demonstrados por meio dos documentos que substanciam a presente, Requer a este Douto Juízo que acate a presente, in totum, conceda a **LIMININAR** pleiteada, inaudita altera parte, tendo em vista estar presentes os requisitos autorizadores da medida, nos seguintes termos:*

a - REQUER A SUSPENÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ASSINADOS ENTRE O RÉU E AS EMPRESAS VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA e VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, em face do explícito favorecimento por parte dos advogados que, **SIMULTANEAMENTE**, assessoravam o Réu, por meio da Comissão Especial de Licitação, e as empresas vencedoras da bacia 02 e 01, além da formação de grupo econômico em desrespeito aos (itens 16.1.2, g, h, 16.1.6, do Edital), apresentação de documento extemporâneo, em afronta ao Edital (item 20.12.1) e em razão da SUPRESSÃO por parte do Réu aos prazos recursais (item do Edital, 20.2, 20.7, 20.8, 25.3.1, 25.3.2 e 25.3.3);

b - REQUER A SUSPENÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ASSINADO ENTRE O RÉU E A EMPRESA AUTO VIAÇÃO

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

MARECHAL LTDA, vencedora da bacia nº 04, em face do favorecimento explícito por parte do escritório de advogados Guilherme Gonçalves e Sacha Reck Advogados Associados, que atuava, SIMULTANEAMENTE, para a Comissão Especial de Licitação e para a referida empresa, além da falta de apresentação de documento obrigatório, em afronta ao Edital (item 21.3.1.2, 22.1) e em razão da SUPRESSÃO por parte do Réu aos prazos recursais (item do Edital, 20.2, 20.7, 20.8, 25.3.1, 25.3.2 e 25.3.3);

c - REQUER A SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO ASSINADO ENTRE O RÉU E O CONSÓRCIO HP-ITA, em razão da falta de apresentação de documento obrigatório, em afronta ao Edital (itens 21.1.3, 21.3.1.2, 22.1), além da SUPRESSÃO por parte do Réu aos prazos recursais (itens do Edital, 20.2, 20.7, 20.8, 25.3.1, 25.3.2 e 25.3.3).

55
12

II - e no MÉRITO, em caso de concessão da liminar, que a mesma seja mantida incólume; ainda seja julgado totalmente procedente todos os pedidos no sentido de ANULAR a licitação 001/2011-ST-DF, em razão das inúmeras ilegalidades praticadas pelo Réu, comprovadamente demonstrado nos autos desta exordial, em afronta aos princípios constitucionais que norteiam os atos da administração pública, a Lei 8.666/93 e o Edital de concorrência nº 01/2011-ST-DF;

III - porém, caso não seja esse o Vosso entendimento, requer alternativamente, seja decretado a ANULAÇÃO DOS CONTRATOS assinados entre o Réu e as empresas Auto Viação Pioneira Ltda., Auto Viação Piracicabana Ltda., Auto Viação Marechal e Consórcio HP-Ita, em razão de todas as ilegalidades exaustivamente apresentadas e devidamente comprovadas por esta autora;

QW

Tel. (61) 3041-6642 – Shopping Flórida Mall – Mezanino – sala 19 – Brasília/DF – CEP 71.009-000

IV - seja notificado o MP para que acompanhe o presente feito, conforme dispõe as Leis 7.347/85 e 8.078/92;

V - Requer a citação do Réu, sito Palácio do Buriti, Brasília/DF, para, caso queira, responda a presente nos termos do CPC, sob pena de confissão;

VI - seja o Distrito Federal condenado no ônus da sucumbência e nas custas processuais na forma da lei;

VII - requer a dispensa do pagamento de custas, emolumentos e outros encargos (Lei 7.347/85, art. 18; CDC, art. 87);

VIII - sejam todas as intimações ou qualquer comunicado endereçados ao subscrevente desta, conforme OAB/DF 33.129, e endereço na cabeça da página.

Protesta por todos os meios de provas em Direito admitidos, especialmente a documental, pericial e testemunhal;

Dá-se a causa, o valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Nestes Termos,

Pede e espera Deferimento.

Brasília/DF, 16/09/2013

Denís J. S/B. Sarausa
OAB/DF 33.129



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA
PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.

CÓPIA

TJDFT - Circunscrição Judiciária de BRASÍLIA
Comprovante de recebimento de Petição
Número do Protocolo: 2013.01.012233911 Data e Hora: 05/12/2013 18:10
Recebido em: 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DF
Processo: 2013.01.1.137964-2 (Res.65 - CNJ: 0007653-76.2013.8.07.0012,



PROCESSO N.º 2013.01.1.137964-2
A: ABRADec

DISTRITO FEDERAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por seu Procurador, no exercício regular das atribuições do cargo, regularmente constituído por força de lei, com o devido respeito e acatamento, nos autos da Ação Civil Pública em epígrafe, vem apresentar

CONTESTAÇÃO

em face da pretensão deduzida em juízo pela parte autora, com fundamento no art. 300 e seguintes do CPC, fazendo-o com esteio nos seguintes fundamentos de fato e de direito.

1. BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA

Trata-se de ação civil pública por meio da qual a





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

empresa autora busca a suspensão dos Contratos celebrados entre o Distrito Federal e as empresas Viação Pioneira, Viação Piracicabana, Auto Viação Marechal e Consórcio HP-ITA e ao final a anulação da Concorrência Pública nº 001/2011-ST.

Suscita a empresa autora, para tanto, diversas supostas irregularidades no procedimento licitatório, as quais, segundo ela, tornariam nulo todo o procedimento licitatório.

Em uma breve síntese, isso é o que dos autos consta. Passemos agora a demonstrar as razões pelas quais os pedidos devem ser julgados improcedentes.

2. DA NECESSÁRIA CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRESENTE MEDIDA – CONFIGURAÇÃO DE LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Cumpre registrar, antes do mais, o contexto em que inserido o provimento jurisdicional pleiteado, tendo em vista o manifesto abuso do direito de ação e a tentativa de utilização do processo para conseguir objetivo ilegal. De fato, como se infere das informações prestadas pela Secretaria de Transportes:

1) DA VERDADEIRA INTENÇÃO DA ASSOCIAÇÃO REQUERENTE - PROTEÇÃO DE INTERESSE PARTICULAR

A ABRADEC, sob o pretexto de agir buscando a "defesa dos interesses da coletividade", ajuizou a presente Ação Civil Pública. Contudo, diferentemente do que faz parecer, a Associação Requerente não age na tutela de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores que supostamente representa, mas em prol de interesses particulares, alheios aos anseios da população [dos consumidores e usuários do transporte coletivo].





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

A petição inicial ora combatida é extremamente confusa e prolixa, sem qualquer ordem, trazendo à baila uma miscelânea fática, na tentativa de induzir o Poder Judiciário a erro, como de fato ocorreu, considerando o deferimento da medida liminar *inaudita altera parte*.

A Associação Requerente ataca supostos grupos econômicos e famílias, fazendo presunções e tirando conclusões maliciosamente lançadas ao vento em denúncia de sua própria autoria, como admite a própria Autora no primeiro parágrafo da síntese fática.

É o torpe se beneficiando da própria torpeza !!!

Explica-se: → a Autora, através de denúncia de sua autoria, colocou sob suspeita a atuação da consultoria prestada pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados no âmbito da Concorrência Pública 011201 1-ST; → a Associação Autora deu conhecimento de tal denúncia a diversas autoridades públicas; → a denúncia da Associação Autora foi dissipada na mídia, especialmente no Blog do Mino e no Jornal de Brasília; → a Deputada Celina Leão explorou tais fatos e, inclusive, se deslocou ao Município de Curitiba-PR para dissipar tais denúncia no Plenário da Câmara de Vereadores daquele Município e colocar sob suspeita a integridade dos consultores → a Associação Autora se utiliza das citadas notícias jornalísticas, das atuações da Deputada Distrital Celina Leão e dos demais frutos colhidos com sua torpeza, tudo numa lógica exclusivamente fictícia e supositiva, sem lastro probatório algum, para instruir a presente Ação, omitindo deste Exmo. Juízo que tudo começou por denúncia de sua própria autoria, na qual criou uma série de tramas envolvendo suposta atuação irregular do escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck na





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

licitação em tela.

E mais: quanto à tese de que a Ação de Improbidade Administrativa do Estado do Paraná (Município de Guarapuava) seria prova dos fatos que narra a Requerente, não lhe assiste razão. Da leitura da petição inicial do referido feito, em anexo, vê-se que a inclusão do advogado Sacha Breckenfeld Reck no p610 passivo daquela demanda fundamentou-se justamente nas notícias veiculadas pelo Jornal de Brasília (originadas na denúncia da Associação Autora). Ou seja, aquela demanda NAO PROVA absolutamente NADA. TRATA-SE DE SIMPLES FRUTO DA DIVULGAÇÃO MIDIATICA E SENSACIONALISTA DE UMA DENÚNCIA INFUNDADA E CALUNIOSA FEITA PELA PROPRIA AUTORA.

Fecha-se um circulo vicioso iniciado pela Requerente com um único propósito: tumultuar a Concorrência Pública nº. 01/2011-ST e impedir a renovação da frota de veículos do transporte coletivo do Distrito Federal e a substituição das empresas que, há anos, prestam, precária e insuficientemente, o serviço de transporte coletivo de passageiros.

Quem estaria financiando tais medidas impeditivas do regular transcurso do certame? **Sem dúvidas, há interesses particulares envolvidos, os quais, de forma alguma, se encaixam no objeto de uma Ação Civil Pública.**

A existência de interesses particulares ocultos, aqui, é inequívoca. A própria Autora, na exordial desta Ação Civil Publica, se declara conhecedora de que o valor das propostas de outras concorrentes teria sido **"abaixo daqueles ofertados pelas vencedoras"**. Ora, como poderia a Associação Autora ter conhecimento de tais valores se as propostas das concorrentes não foram sequer abertas pela Comissão Especial de Licitação, já que tais empresas foram inabilitadas???





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

E mais: a Associação Requerente é presidida pelo SR. DENIS JONES DOS SANTOS BASTOS SARAUSA, que opera linhas do serviço complementar rural do transporte público coletivo do Distrito Federal, consoante se extrai do Contrato de Adesão n.º 26/2009, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 105 de 2 de junho de 2009. Ou seja, a Autora é presidida por um empresário que será substituído na prestação do serviço de transporte coletivo pelas novas contratadas (cujos contratos, sob 'suposto' intuito público, a Autora busca invalidar!!!).

Cite-se, inclusive, que foi recebida ação criminal em face do Sr. Denis Jones dos Santos Bastos Sarausa, em razão das inverdades apontadas nas acusações formuladas em nome da Associação Autora, conforme andamento em anexo.

Logo, resta claro que, por meio da Ação Civil Publica em tela, a ABRADDEC busca proteger interesses particulares e tumultuar o processo licitatório sob análise, de forma a perpetuar indefinidamente as atuais operadoras na péssima e caótica prestação do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal, que tanto aflige a população do Distrito Federal. (documento anexo)

À toda evidência, a conduta processual da Autora autoriza o reconhecimento de sua litigância de má-fé, nos termos do art. 17, incisos III e V, do CPC.

3. DAS PRELIMINARES

Ilegitimidade ativa e da falta de interesse de agir da parte autora para a proteção de interesses de particulares

Como mencionado no tópico anterior, a ABRADDEC não age na tutela de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores que representa, **mas em prol de interesses particulares, alheios aos anseios da população.**





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Demonstrou-se que os fatos narrados na presente ação foram ardilosamente construídos pela ABRADec, e por essa dissipados perante autoridade públicas e na mídia (imprensa marrom), e que tais notícias são usadas como fundamento para essa demanda.

Ademais, demonstrou-se que a Autora é presidida pelo Senhor **DENIS JONES DOS SANTOS BASTOS SARAUSA**, que opera linhas do **serviço complementar rural do transporte público coletivo do Distrito Federal**, consoante se extrai do Contrato de Adesão n.º 2612009, cujo extrato foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 105 de 2 de junho de 2009.

Ou seja, **sendo presidida por um operador do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal**, fica evidente que a intenção da presidência da ABRADec, ao invés de proteger os consumidores, passa pela proteção de interesses dos empresários locais que atualmente operam o STPC/DF, tendo por finalidade a obstrução da Concorrência n.º 01/2011-ST.

Não ha dúvida de que, por meio da Ação Civil Pública em tela, a ABRADec busca tumultuar o processo licitatório sob análise, de forma a perpetuar indefinidamente as atuais operadoras na péssima e caótica prestação do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal, que tanto aflige a população do Distrito Federal.

Diferentemente, a Ação Civil Pública, de acordo com o art. 1º da Lei Federal n.º 7.347/85 é o instrumento processual adequado para reprimir ou impedir danos ao *"I - ao meio-ambiente; II - ao consumidor; III — a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; IV - a qualquer outro interesse difuso ou coletivo; V - por infração da ordem econômica; VI- a ordem urbanística"*.

De acordo com os ensinamentos de Hely Lopes MEIRELLES, Arnold WALD e Gilmar Ferreira MENDES, *"não se presta a amparar direitos individuais, nem se destina a reparação de prejuízos causados a particulares"*





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

pela conduta, comissiva ou omissiva, do réu".

Resta claro, portanto, que a Autora não possui legitimidade ativa, haja vista que não está agindo na condição de Associação preocupada com os interesses dos consumidores (usuários) e sim em interesse próprio de seu dirigente e patrono judicial, o que é vedado por esta ação constitucional.

Da mesma forma, carece de interesse processual - interesse este que não se confunde com o direito material, veja-se:

"Interesse processual. Trata-se do interesse processual, condição da ação, e não do interesse de direito material, que respeita ao mérito (Arruda Alvim, Trat., I, 323). O interesse se consubstancia na necessidade de o autor vir a juízo e na utilidade que o provimento poderá lhe proporcionar."¹

Por tais motivos é que se impõe a **extinção do processo** sem julgamento do mérito, reconhecendo-se a ilegitimidade ativa e a ausência de interesse processual da Autora, nos termos do art. 267, VI, do Código de Processo Civil.

4. DO MÉRITO DA DEMANDA.

Não há como prosperar a pretensão ora deduzida em juízo pela parte autora. Consoante será demonstrado, não foi violada qualquer regra posta que discipline o procedimento licitatório, bem como os princípios que regem a Administração Pública foram solenemente obedecidos. Vejamos:

Preliminarmente, cumpre registrar que, com o intuito de melhor sistematizar a exposição adiante, serão explicitadas em síntese as questões aduzidas na peça exordial e, em seguida, serão apresentadas as razões

¹ Idem. Ibidem, p. 167.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

de inconformidade em relação a cada ponto suscitado na demanda judicial em apreço.

Argui, a autora, que o escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados prestou, de forma concomitante, serviços à Secretaria de Estado de Transportes no âmbito da Concorrência n.º 1/2011 – ST, e às empresas do Grupo Constantino (Transporte Coletivo Grande Bauru) e do Grupo Gulin (Auto Viação Marechal e Viação Cidade Sorriso), que participaram da Licitação em tela.

Esta questão levantada pela autora foi objeto de denúncia da própria ABRADEC – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Cidadania junto à Secretaria de Transportes do Distrito Federal.

Instado a se manifestar a respeito da reportada denúncia, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados apresentou esclarecimentos que elucidaram que não houve nenhuma prestação de serviços daquele escritório às proponentes da Concorrência n.º 1/2011 – ST, muito menos de forma concomitante ao processamento do Certame em epígrafe.

Com efeito, basta uma rápida leitura da documentação a esta anexada, sobretudo relativamente ao anexo 1, para se constatar que o escritório de advocacia em comento não prestou serviços diretamente às empresas licitantes, nem muito menos se deu qualquer prestação de serviço de forma concomitante com o procedimento licitatório questionado.

Aduz, a autora, que o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck possuía patente influência nas decisões da Secretaria, superando, inclusive, as competências da Assessoria Jurídico-Legislativa e da Procuradoria Geral do Distrito Federal.

Imperioso registrar, como será demonstrado em tópico posterior, que o consultor Sacha Reck atuou na consultoria técnica e jurídica de que decorreram as minutas do edital da licitação, do contrato de concessão, do





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

projeto básico e dos demais anexos técnicos do Edital da Concorrência n.º 1/2011 - ST, de maneira que a sua permanência no decorrer do procedimento licitatório se fez importante a fim de auxiliar os trabalhos conduzidos pela Comissão Especial de Licitação.

Diferentemente do que suscita a autora, o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados atuou como mero consultor técnico jurídico da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, inexistindo submissão compulsória deste Órgão ou mesmo da Comissão de Licitação às opiniões emitidas pela Consultoria.

A Comissão Especial de Licitação e as autoridades da Secretaria de Transportes envolvidas na Concorrência n.º 1/2011-ST sempre decidiram com autonomia e por sua inteira convicção, acatando ou não as orientações expedidas pela Consultoria.

Com efeito, a Consultoria do citado escritório é restrita à formalização de orientações técnicas especializadas na área de licitações de concessões de serviço de transporte público coletivo de passageiros, amparada na legislação aplicável e no Edital de Licitação da Concorrência n.º 1/2011-ST, sendo de responsabilidade e competência da Comissão de Licitação e das autoridades daquela Secretaria a tomada das decisões administrativas no âmbito da Licitação.

Da mesma forma, a consultoria relativa a demandas judiciais limitava-se à apresentação de fundamentos técnicos e documentais específicos do processo licitatório, atendendo a solicitações específicas da Secretaria de Estado de Transportes, **cabendo exclusivamente à esta Procuradoria Geral do Distrito Federal a atuação contenciosa em ações judiciais envolvendo o referido Certame**, por intermédio da elaboração das peças processuais e patrocínio de causas perante o Poder Judiciário.

Importa registrar que o citado consultor não possuía poder decisório, mas limitou-se a prestar orientações na sua área de especialidade, como de fato se verificou no trabalho desenvolvido pelo escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados, cabendo os atos





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

decisórios da Concorrência n.º 1/2011-ST à Comissão Especial de Licitação e ao Secretário de Estado de Transportes.

Nesta medida, improcede a alegação de que os consultores contratados possuíram ingerência sobre as decisões tomadas pela Secretaria de Transportes e pela Comissão Especial de Licitação, uma vez que os trabalhos da Consultoria se limitaram a orientações técnicas especializadas na área de transporte público coletivo, sem qualquer poder decisório.

Suscita a autora que o escritório Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados não foi contratado por procedimento licitatório.

Como é sabido, o procedimento licitatório é dividido em duas grandes fases, a saber: fase interna e fase externa. De forma simplória, a fase interna comporta todos os atos e estudos voltados à montagem do instrumento convocatório. Ao passo que a fase externa tem início com a publicação do referido instrumento.

O que essa rápida conceituação importa para o caso dos autos é que o advogado Sacha Reck foi contratado por meio do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para prestar consultoria técnica junto à Secretaria de Estado de Transportes tanto na fase interna quanto na fase externa do procedimento licitatório.

A formação do vínculo se deu por meio de diversos contratos, todos eles formalizados de acordo com as regras do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a saber:

O nascedouro da relação do Distrito Federal com o BID se deu com a formalização do **Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR**, assinado em 30 de janeiro de 2008, quando da gestão do então Governador José Roberto Arruda. Uma das condições impostas pelo BID para que o valor do empréstimo



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

pudesse ser liberado, dentre inúmeras outras, foi a **renovação da frota de ônibus do Distrito Federal** (vide cláusula 4.07, "b", do contrato citado).

Para implementar as obrigações assumidas pelo Distrito Federal quando da formalização do referido contrato de empréstimo, sobretudo no que se refere à implantação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (PTU/DF), foram firmadas duas novas avenças com a intervenção do BID, quais sejam: o **Contrato de Serviços de Consultoria n.º 025/2008-ST** e o **Convênio de Cooperação Técnica**.

O **Contrato de Serviços de Consultoria n.º 025/2008-ST** foi celebrado em 4 de dezembro de 2008 entre o Distrito Federal (Secretaria de Estado de Transportes) e a empresa Logos Engenharia S.A. (posteriormente sucedida pela empresa Arcadis Logos S.A.), cujo objeto era a prestação de **serviço de apoio ao gerenciamento do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal**. Tal contrato foi celebrado em total observância às regras impostas pelo BID no Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR.

A seu turno, o **Convênio de Cooperação Técnica** foi celebrado em 10 de março de 2009 entre o BID e o Distrito Federal e o seu objeto consistia no fornecimento, pelo BID, de **apoio à implementação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal (PTU/DF) de forma gratuita**.

Como corolário do **Convênio de Cooperação Técnica** e cumprindo o seu compromisso de apoiar a implementação do PTU/DF, em 1º de junho de 2010, o BID e o Consórcio Logit Engenharia Consultiva Ltda. e Logitrans Logística Engenharia e Transportes Ltda. (Consórcio Logit/Logitrans) celebraram o **Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR**. O **objeto** deste contrato era a elaboração de estudos e pesquisas tendentes a **proceder à modelagem do edital** que deveria deflagrar o processo licitatório voltado à contratação de concessionários do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

É a partir deste Contrato que o advogado Sacha Reck inicia o seu vínculo com o Distrito Federal, pois o Consórcio Logit/Logitrans apresenta, dentre os seus consultores, a pessoa do Sacha Reck como consultor jurídico. Destaque-se que o objetivo principal da contratação do Consórcio Logit/Logitrans era a confecção do edital da licitação. O citado contrato sofreu alteração do seu plano de trabalho em outubro de 2011 para estender o prestação de serviço do Consórcio até 29 de junho de 2012. Ultrapassada essa data, o Contrato de Serviços de Consultoria ATN/OC-11243-BR foi extinto.

Ocorre que, em pese tenha havido a extinção do referido Contrato de Serviços de Consultoria, a Secretaria de Transportes ainda necessitava de assessoramento técnico, uma vez que, na data da extinção do referido contrato, a licitação ainda não havia encerrado e a Comissão de Licitante ainda necessitava de informações técnicas para o desenvolvimento regular do certame.

Em razão disso, a empresa **Arcadis Logos S/A** que, lembre-se, possuía vínculo jurídico com o Distrito Federal por meio do **Contrato de Serviços de Consultoria n.º 025/2008-ST**, passou a contratar subconsultores (nomenclatura utilizada pelo BID para designar a subcontratação de consultores) para o assessoramento daquela Secretaria ao longo do processo licitatório. Tal contratação é e era regularmente permitida por meio da cláusula 3.7, "b", *in verbis*:

"3.7 A Empresa Consultora deverá obter por escrito aprovação prévia do Contratante antes de realizar qualquer das seguintes ações:

[...]

(b) Subcontratos: a Empresa Consultora poderá subcontratar serviços relacionados à prestação dos Serviços até certo ponto e com os especialistas e entidades que tenham sido previamente aprovados pelo Contratante; apesar desta aprovação, a Empresa Consultora tem a responsabilidade total pela prestação dos Serviços: se o Contratante considerar um Subconsultor incompetente ou incapaz de desempenhar as tarefas atribuídas, o Contratante poderá solicitar à Empresa Consultora que contrate um substituto com qualificações e experiência aceitável ao Contratante ou que retome a prestação dos Serviços."

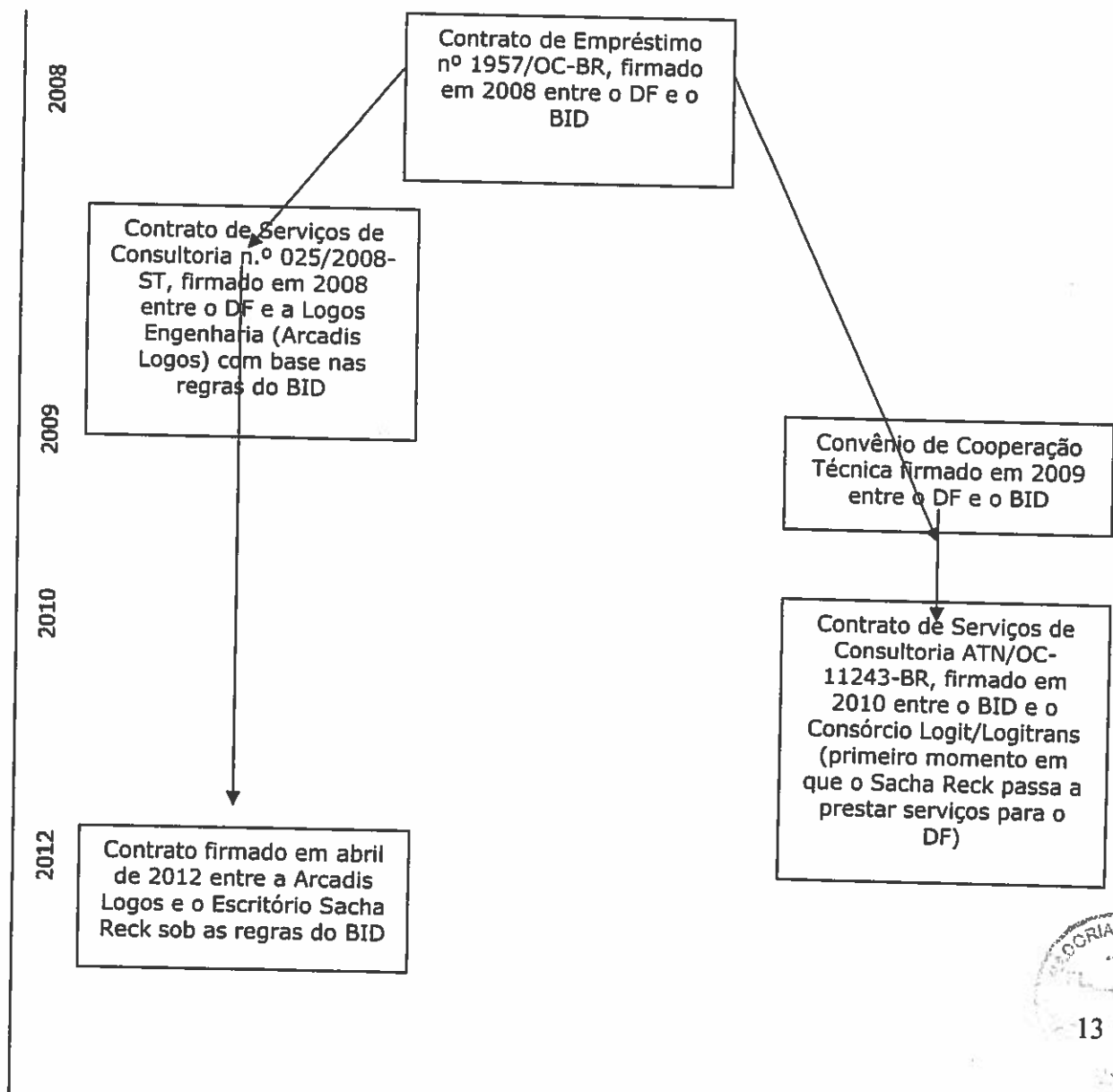




PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Dentre os subconsultores contratados, a **Arcadis Logos S/A** contratou o Escritório de Advocacia Guilherme Gonçalves e Sacha Reck, do qual este último é sócio, para a prestação do serviço de assessoramento técnico-jurídico à Comissão de Licitação. E, com isso, o advogado Sacha Reck passou a atuar também na fase externa da licitação.

Feita tal digressão, é de se constatar que a atuação do advogado Sacha Reck junto à Secretaria de Estado de Transportes, sobretudo perante a Comissão Especial de Licitação do Edital de Concorrência nº 01/2011-ST, não possui qualquer mácula, uma vez que o vínculo formado com o Distrito Federal se deu sempre sob a intervenção do BID e de forma absolutamente regular. A representação gráfica abaixo ajudará a esclarecer a sequência de fatos narrados acima:





Patrocínio de causas para empresas licitantes ou do mesmo grupo econômico

Outra linha argumentativa desenvolvida pela associação autora foi o fato de que, segundo ela, o Sr. Sacha Reck já haver patrocinado causa em favor da empresa Auto Viação Marechal Ltda. e de empresa do mesmo Grupo Econômico da Viação Piracicabana Ltda. e da Viação Pioneira.

Sobre o tema devem ser destacados dois pontos fundamentais:

(i) seria faticamente impossível exigir do Distrito Federal o conhecimento prévio do patrocínio de causas pelo advogado Sacha Reck; (ii) ainda que tivesse ocorrido tal patrocínio de causas, este fato, por si só, não teria o condão de macular o certame.

Como dito, seria impossível exigir do Distrito Federal o exame de todas as causas patrocinadas pelo referido advogado a fim de identificar se já houvera advogado em favor das empresas que participariam da licitação. Tal exigência foge às diligências normais e cotidianas para que seja feita uma boa contratação.

Ademais, ainda que se identificasse tal situação, o fato de o advogado Sacha Reck já ter patrocinado causas pretéritas para as citadas empresas não significa, por si só, que tenha direcionado o certame para os seus antigos clientes, até mesmo porque a sua atuação durante o procedimento licitatório limitava-se a esclarecer os questionamentos formulados pela Comissão de Licitação na seara que lhe competia.

Além disso, **o critério adotado pela licitação foi o tipo menor preço (menor tarifa)**, o que quer dizer é que somente seria vitoriosa a empresa que apresentasse a tarifa mais baixa. Ou seja, não se exigiu demonstração de qualidade técnica, circunstância que poderia levantar suspeita acerca dos critérios de avaliação das técnicas apresentadas pelas empresas, ~~mas~~ não foi isso que aconteceu.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Com efeito, o fato de ter sido adotado o tipo menor preço repele qualquer argumentação no sentido de que o advogado Sacha Reck interferira nas decisões da Comissão Especial de Licitação, uma vez que o julgamento era objetivo: quem oferecesse o menor preço (tarifa) sagrar-se-ia vitorioso na licitação.

Nessa medida, não merece prosperar o argumento que consta da alegação da associação autora no sentido de que teria havido direcionamento da licitação para as empresas Viação Piracicabana Ltda., Auto Viação Marechal Ltda. e Viação Pioneira Ltda. em virtude de o advogado Sacha Reck supostamente já ter patrocinado causas em favor delas.

Expõe, a autora, que teria havido violação do item 16.1.5 do Edital ao habilitar e declarar vencedoras 2 (duas) empresas do Grupo Constantino, Viação Piracicabana Ltda. e Viação Pioneira Ltda.

Insta salientar que para os fins do Edital de Concorrência Pública n.º 001/2011 – ST, haveria grupo econômico se os licitantes tivessem, na data de abertura das propostas, *"controle societário e/ou administradores comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em quaisquer dos lotes dessa licitação"*. É o que dispõem os itens editalícios 4.3, 16.1.2, alínea "g" e 16.1.7, abaixo transcritos:

"4 – OBJETO DA CONCORRÊNCIA

(...)

4.3 - A licitação será processada por meio de 5 (cinco) lotes. As LICITANTES poderão apresentar proposta para quantos lotes lhes interessar, estando a adjudicação limitada a apenas um lote por LICITANTE, conforme a ordem de julgamento definida no presente Edital."

16 - PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

16.1 - REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

(...)

16.1.2 - Será vedada a participação de pessoas jurídicas, isoladas ou consorciadas, que se enquadrem nas seguintes condições:

(...)

g) Que tiverem controle societário e/ou administradores, comum(ns) com outro proponente ou pessoa jurídica integrante de outro consórcio que concorra em qualquer dos lotes desta licitação;

(...)

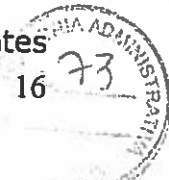
16.1.7 - As LICITANTES poderão apresentar proposta para todos e quaisquer lotes que lhes interessarem, estando, no entanto, a adjudicação limitada a apenas um lote, conforme a ordem de julgamento definida no presente EDITAL."

Pela análise dos contratos sociais da contratada Viação Pioneira e da licitante Viação Piracicabana, **não se verifica que tais empresas possuam controle societário ou administradores comuns.**

As citadas empresas são integradas por sócios e administradores distintos, ou seja, inexistente controle societário ou administradores comuns.

O fato de os sócios (pessoas físicas) das citadas empresas fazerem parte da sociedade de uma terceira empresa, totalmente independente, que não participou da licitação, **não as torna grupo econômico, notadamente para os fins do Edital de Licitação sob análise**, segundo o qual a interdependência entre proponentes vedada na licitação decorreria da existência de controle societário ou administradores comuns entre as empresas licitantes, o que não é o caso.

Esclareça-se, ainda, que a Comissão Especial de Licitação não pode exigir dos concorrentes nada além das condicionantes





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

previstas no Edital (inexistência de controle societário ou administradores comuns) a título de habilitação e legitimação de suas propostas. Isto é fixado pela Lei Federal n.º 8.666/93, que, em seu art. 3º, caput, regulamenta os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo do certame. Vejamos:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Marçal JUSTEN FILHO, ao comentar o princípio do julgamento objetivo, disserta que:

"Em termos amplos, a objetividade significa imparcialidade mais finalidade. O julgamento objetivo exclui a parcialidade (tomada de posição segundo o ponto de vista de uma parte). Mas isso é insuficiente. Além da imparcialidade, o julgamento tem de ser formulado à luz dos valores protegidos pelo Direito. A tutela dos interesses supraindividuais não autoriza, contudo, ignorarem-se as disposições norteadoras do ato convocatório e da Lei. Não se admite que, a pretexto de selecionar a melhor proposta, sejam amesquinhas as garantias e os interesses dos licitantes e ignorado o disposto no ato convocatório.

Todos os critérios norteadores da atividade decisória devem estar previamente indicados no ato convocatório, assujeitados a controle e fiscalização. A adoção de outros critérios caracteriza sigilo ou segredo incompatível com o



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

rigor exigido pela Lei.²

Por fim, neste sentido, relevante citar que o Supremo Tribunal Federal, em aresto de RMS-AgR n.º 24.555/DF, de relatoria do Ministro Eros Grau (DJ de 31.03.2006), asseverou que *"a Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital (art. 37, XXI, da CF/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da Lei n.º 8.666/93), sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto."*

Relevante citar que o Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que a existência de grupo econômico sequer se verifica unicamente em parcas coincidências de quadro societários (muito menos quando se tratam de pessoas físicas sócias de outras pessoas jurídicas, que por sua vez são sócias de uma terceira empresa), devendo haver efetiva preponderância de uma empresa sobre outra:

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA DE BEM NÃO PERTENCENTE À EMPRESA EXECUTADA. GRUPO ECONÔMICO NÃO-CARACTERIZADO. DISSENSO JURISPRUDENCIAL. PARADIGMA ORIUNDO DA JUSTIÇA OBREIRA. IMPOSSIBILIDADE. [...]. 3. Irrefutável a exegese conferida pelo TRF/4ª Região à regra do § 2º, art. 2º, da CLT, no sentido de que "o simples controle acionário de várias empresas por uma ou mais pessoas físicas não é suficiente para a caracterização do grupo econômico - que pressupõe a existência de uma empresa principal e outras subordinadas -, para efeito de configurar a solidariedade passiva". A redação do citado dispositivo é clara ao exigir, para a configuração do grupo econômico a existência de uma ou mais empresas que estejam sob a direção, controle ou administração de outra empresa principal. Assim, não tem qualquer relevância jurídica o fato de o responsável pela executada CN EDITORA DE JORNAIS figurar também no quadro societário da

² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. São Paulo: Dialética, 2010, p. 611. Grifou-se





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

recorrida BIMARK GRÁFICA E EDITORA LTDA. [...]".³

No mesmo sentido, manifestou-se recentemente o Tribunal de Contas da União, in verbis:

"A participação simultânea de empresas com sócios comuns em licitação não afronta a legislação vigente e somente merece ser considerada irregular quando puder alijar do certame outros potenciais participantes, como nos casos de: a) convite; b) contratação por dispensa de licitação; c) existência de relação entre as licitantes e a empresa responsável pela elaboração do projeto executivo; d) contratação de uma das empresas para fiscalizar serviço prestado por outra." (TCU. Acórdão 526/2013-Plenário, TC 028.129/2012-1, relator Ministro Marcos Bemquerer Costa, 13.3.2013).

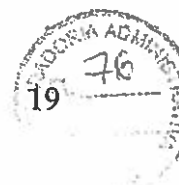
Por fim, cite-se que o entendimento da Comissão de Licitação foi confirmada pelo Poder Judiciário, por ocasião do indeferimento da liminar postulada no mandado de segurança n.º 2013.00.2.008852-7, em que é Impetrante Viplan - Viação Planalto Ltda. (empresa mantenedora do Grupo Econômico do qual pertence a autora), bem como no mandado de segurança n.º 2013.00.2.007425-9, em que é impetrante Consórcio Sogima, ambos em trâmite perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Ausência de irregularidade na habilitação do Consórcio HP-IPA e da Viação Marechal

Quanto à Inscrição Estadual do Consórcio HP-ITA, a Comissão Especial de Licitação realizou a verificação da regularidade da documentação apresentada, portanto restou comprovado que a inscrição cadastral estadual da empresa encontra-se regular.

Conforme mencionado no julgamento da habilitação, a Comissão Especial de Licitação promoveu diligência, em 22/03/2013, acessando o site

³ REsp. 824667/PR, Rel. Min. José Delgado, 1ª Turma, julgado em 17/08/2006, DJ 11/09/2006 p. 230.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

<http://www.sefaz.go.gov.br/ccs/consultar.asp> e verificou que a situação cadastral da Ita Empresa Transportes encontra-se regular (habilitada/ativa).

O art. 43, § 3º autoriza a Comissão de Licitação a promover diligência, senão vejamos:

§ 3o É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

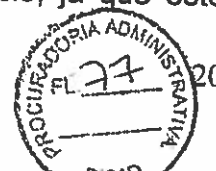
É dever da Comissão Especial de Licitação atestar a veracidade dos documentos cuja emissão é feita por meio eletrônico, pois a aceitação desses é condicionada a confirmação de seus dados. Sendo assim, após consulta no site restou afastado qualquer irregularidade quanto a inscrição cadastral estadual da licitante.

De qualquer sorte, a Certidão Negativa de Débitos Fiscais Estaduais apresentada pela consorciada Ita Empresa de Transportes Ltda. (fl. 30366) supriria qualquer dúvida a respeito da existência do cadastro estadual, na medida em que, **só é possível a emissão de certidão fiscal em relação a licitantes devidamente inscritas perante a Administração Estadual.**

Deste modo, não há que se falar em inabilitação do Consórcio HP--ITA par ausência de comprovação de inscrição cadastral estadual, ate porque, a licitante fez prova de sua inscrição no cadastro de contribuintes estadual em atendimento ao item 21.3.1.2 do Edital, a qual foi objeto de confirmação pela entidade licitante.

Também não há que se falar em supressão do prazo recursal em relação ao julgamento da proposta do Consórcio HP-ITA.

Isso porque, diferentemente do que tenta fazer crer a Autora, não houve desrespeito a legislação aplicável, tampouco cerceamento de direito recursal das licitantes contra a classificação da proposta do citado Consorcio, ja que este





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

(único concorrente) renunciou ao prazo recursal.

Ademais, e certo que as empresas inabilitadas no certame não possuem direito recursal nas fases seguintes do certame licitatório, razão pela qual não ha que se falar em cerceamento de direito recursal.

No que diz respeito à habilitação da licitante Auto Viação Marechal Ltda., remete-se, mais uma vez, aos termos do parecer em anexo (itens 96 a 101), **no qual o Ilustre Professor Marçal JUSTEN FILHO conclui pela improcedência das insurgências levantadas.**

Especialmente quanto à inexistência do cadastro estadual, bem como quanto ao atestado emitido pela URBS, o parecerista assim concluiu:

98. Em primeiro lugar, teria sido admitida a regularidade fiscal da referida empresa não obstante a ausência de comprovação da inscrição perante o cadastro estadual de contribuintes. A crítica é absolutamente improcedente. A Lei nº 8.666 exige a comprovação no cadastro de contribuintes do Estado quando houver (art. 29, inc. II). Evidentemente, a exigência não se refere à existência propriamente dita do cadastro. O que se passa é que, em muitos casos, a atividade do licitante não envolve obrigatoriedade de inscrição no cadastro estadual. A matéria envolve a natureza da atividade desempenhada e a materialidade da incidência tributária. Existem certas atividades que são tributáveis exclusivamente por meio de tributos estaduais (basicamente, o ICMS), enquanto outras são sujeitas apenas à tributação municipal (essencialmente, o ISS). A prestação de serviços de transporte rodoviário de passageiros se subordina à incidência do ISS. Como decorrência, não cabe exigir a inscrição do licitante no cadastro de contribuintes do Estado - simplesmente porque a atividade desempenhada pelo licitante não se sujeita à incidência de tributo estadual. Em terminologia mais simples: o licitante para serviço de transporte de passageiros não é





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

contribuinte do Estado. Logo, cabe-lhe comprovar a sua inscrição no cadastro de contribuintes do Município¹². Portanto, a decisão **que reconheceu como suficiente a inscrição do licitante no cadastro municipal não refletiu qualquer juízo de preferência pessoal da autoridade Julgadora. Tratou-se, pura e simplesmente, de aplicar o direito ao caso concreto.**

99. O segundo defeito consistiria na inadequação do atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante Auto Viação Marechal Ltda. O problema consistiu na ausência de coincidência de um dígito do número de inscrição no CNPJ. O documento era perfeito no seu conteúdo e indicava de modo perfeito a identidade da empresa. **Mas havia uma discordância no tocante ao número de inscrição no CNPJ — um dígito era descoincidente. A hipótese configura claramente um caso de defeito sanável. A autoridade que emitiu o atestado equivocou-se ao lançar o número do CNPJ, um dos elementos para identificação do beneficiário do documento. Realizada diligência — solução adequada e autorizada legislativamente (Lei 8.666, art. 43, § 3º) —, comprovou-se que se tratava de um defeito irrelevante. Nem poderia passar-se diversamente. A hipótese configura um defeito formal, que não afeta nem a essência do documento, nem retrata uma insuficiência da documentação.**

Portanto, não houve a inclusão de novos documentos, mas mera diligência para verificação de erro de digitação no número do CNPJ!!! Sobre o tema, assim esclareceu o referido parecer (item 99):

Quanto à classificação da proposta comercial da licitante Auto Viação Marechal Ltda., de plano, é oportuno esclarecer que os pareceres emitidos pelo escritório de advocacia Guilherme Gonçalves & Sacha Reck Advogados Associados na fase de julgamento de propostas da licitação se limitaram aos aspectos formais definidos no Edital de Licitação, tais como o preenchimento da declaração de Preço de tarifa técnica e verificação do





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

atendimento do conteúdo mínimo do envelope de proposta financeira apresentado pelos licitantes. O **mencionado escritório de advocacia não emitiu qualquer parecer sobre a exequibilidade, viabilidade ou compatibilidade econômico-financeira das propostas financeiras de nenhum licitante, por se tratar de tema alheio à ciência jurídica - pelo que, também por esse motivo, não há que se falar em direcionamento do certame.**

A análise financeira e emissão de pareceres econômicos sobre as propostas de tarifa ficaram a cargo exclusivamente dos consultores integrantes da empresa LOGIT ENGENHARIA¹³, conforme documentação, em anexo.

Esclareça-se que a empresa LOGIT CONSULTORIA, dentro de sua área de atuação e expertise, analisou a proposta financeira da licitante Auto Viação Marechal Ltda. e constatou a viabilidade e exequibilidade desta, **que indicava preço equivalente ao valor máximo de tarifa técnico fixado no Edital para o Lote em questão.**

Nesse particular, ressalte-se que o Edital de Licitação não vedava a proposta de tarifa equivalente ao valor máximo, obstando apenas que a tarifa ofertada pelos licitantes superasse o valor máximo, o que não ocorreu *in casu*.

Verifica-se que o Certame em tela respeitou os princípios de direito administrativo aplicáveis à espécie e representará grande melhoria neste serviço público essencial, em atendimento ao interesse da população do Distrito Federal.

Ressalte-se que **integram essa contestação, para todos os efeitos, as razões expostas nas informações anexas, oriundas da Secretaria de Estado dos Transportes do Distrito Federal.**

5. DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Ante o exposto, requer o Distrito Federal:





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

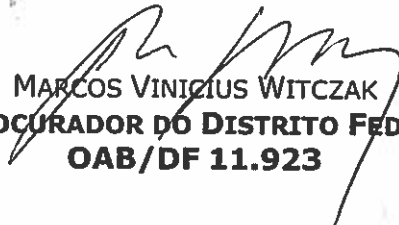
a) Que seja acolhida a preliminar suscitada e, em consequência disso, o processo seja extinto sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, VI, do CPC;

b) Caso não seja este o entendimento deste Eminentíssimo Juízo, o que se admite somente para argumentar, que sejam julgados improcedentes os pedidos formulados na exordial, uma vez que todos os procedimentos adotados na Concorrência n.º 1/2011 – ST respeitaram os princípios norteadores da Administração Pública, em especial os estatuídos no art. 3º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, não possuindo, por conseguinte, sustentação as questões arguidas pela parte autora.

Requer provar o alegado exclusivamente por meio das provas documentais ora anexadas.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 5 de dezembro de 2013.


MARCOS VINICIUS WITCZAK
PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL
OAB/DF 11.923



Circunscrição :1 - BRASILIA**Processo :2013.01.1.137964-2****Vara : 112 - SEGUNDA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**

DECISÃO

83
21

Vistos etc...

Acolho integralmente a r. manifestação ministerial de fls. 1809-1835, e, tendo em vista a anunciada prevenção do Meritíssimo Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, em face da conexão da presente com a Ação Popular indicada à fl. 1833 (autos nº 2013.01.1.092892-0), declino de minha competência em favor do Juízo prevento e determino a necessária remessa dos autos àquele Juízo, com as devidas alterações na distribuição.

I.

Brasília - DF, sexta-feira, 11/07/2014 às 16h41.

**Processo Incluído em pauta : 11/07/2014**